



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**IOLANDA ALMEIDA SANTOS MATOS**

**RELAÇÕES ESTABELECIDAS EM TORNO DAS**  
**ESTIAGENS EM QUIXABEIRA – BAHIA, DÉCADA DE 1990.**

---

Jacobina, BA  
2012

IOLANDA ALMEIDA SANTOS MATOS

**RELAÇÕES ESTABELECIDAS EM TORNO DAS  
ESTIAGENS EM QUIXABEIRA – BAHIA, DÉCADA DE 1990.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas do Campus IV da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História, orientado pela Orientadora: Prof.Dr<sup>a</sup> Carmélia Aparecida Miranda.

---

Jacobina, BA  
2012

MATOS, Iolanda Almeida Santos.  
Relações estabelecidas em torno das estiagens em Quixabeira – Bahia, década de 1990. UNEB, 2012. 81 fls.  
Orientadora: Prof.Dr<sup>a</sup> Carmélia Aparecida Miranda.  
Monografia (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Referências: fls. 76-78.  
**Palavras-chave:** Nordeste, Vivências, Semiárido, Convivência, Transição.

É concedido à Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, permissão para emprestar, vender ou reproduzir cópias desta Monografia, somente para propósitos acadêmicos e científicos. Reservam-se outros direitos de publicação e nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzido sem a prévia autorização por escrito da autora.

IOLANDA ALMEIDA SANTOS MATOS

## **RELAÇÕES ESTABELECIDAS EM TORNO DAS ESTIAGENS EM QUIXABEIRA – BAHIA, DÉCADA DE 1990**

Monografia submetida à Comissão Examinadora designada pelo Curso de Licenciatura em História, como requisito para obtenção do grau de Graduanda.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

Jacobina – BA

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Drª Carmélia Aparecida Silva Miranda  
(Orientadora) – UNEB/DCH IV (Orientadora)

---

Prof. Cláudia Pereira Vasconcelos  
UNEB/DCH IV

---

Prof. Joseane Bispo Oliveira Marques  
UNEB/DCH IV

*Dedico essa vitória ao meu bom Deus, minha mãe Maria pela permissão e proteção nesta jornada e a toda a minha família.*

**IOLANDA ALMEIDA SANTOS MATOS**

## AGRADECIMENTOS

No acúmulo das diversas funções que envolvem minha pessoa: estudante, esposa, mãe, profissional e... expresso meus agradecimentos primeiramente a Deus, por minha existência e a realização de um sonho de estudar em uma Universidade Pública.

A Minha família: pais e irmãos e em especial, meu esposo, que durante estes quatro anos de graduação, todos os dias letivos, me levou até a cidade de Quixabeira, para pegar o carro dos estudantes via Jacobina, e na volta, estava lá para me buscar, além de apoio, amor e compreensão. A minha mãe que, durante dois anos, me apoiou cuidando da minha recém-nascida, até o fim desta jornada.

A APPJ – Conviver que aceitou minha atuação profissional em apenas uma carga horária, liberando-me para estudar à tarde, em especial a pessoa de Adonias Neves Gordo que muitas vezes, se desdobrou por conta da minha inevitável “ausência”.

Aos colegas que conseguiram perceber a importância do intercâmbio, da interação para a troca das experiências, em especial, aqueles que conseguiram partilhar alegrias e desafios, afastando do espaço acadêmico a predominante ideia de espaço racional e dando a ele, a conotação da humanidade. Em especial, a Elian Novaes dos Reis, pelas trocas. E aos professores que trouxeram além da discussão teórica, lições de vida, através dos seus exemplos de batalha e vitória.

Agradeço a minha orientadora, Carmélia Aparecida Miranda que contribuiu para a produção do presente trabalho. A parceria da Prefeitura Municipal de Quixabeira através de Eliezer Costa de Oliveira, que sensível a necessidade de investimento na área de educação, contribuiu com o transporte dos estudantes da UNEB até Jacobina e aos motoristas que na direção, prezaram de forma responsável por nossas vidas. Por fim, agradeço a todos aqueles que direto/indiretamente contribuíram para “minha realização”.

*História: A ciência que problematiza e narra a experiência de todos os homens no tempo, que auxilia na constituição da identidade e na orientação da vida prática.*

**(BLOCH, 2001, Rusen, 2007).**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a configuração do sertão baiano de Quixabeira na década de 1990, imaginário e vivência no contexto da escassez da água como também, a política de atendimento predominantemente emergencial, fator que retardou uma postura de investimento e que compactuou com uma postura de aceitação da população local. Retrata também, a mobilização das entidades civis nordestinas para a construção de um novo modelo de convivência e por fim, trás a atuação de uma organização social local dentro desta perspectiva. Através da oralidade, foi possível traduzir para a narrativa histórica a representação do imaginário e práticas das vivências dos sertanejos baianos de Quixabeira, para o enfrentamento dos longos períodos de estiagem, especialmente, no recorte temporal estudado, aspectos estes, até então reservados na mentalidade destes sujeitos históricos. As fontes orais foram ricos instrumentos de resgate e representação. Além destas, outros documentos serviram de fonte de pesquisa, jornais, relatórios oficiais do governo e de entidades parceiras, cartas abertas, cartilhas, entre outros, revelando o entendimento da seca por sujeitos de diferentes posições sociais, inclusive, dos meios de comunicação midiáticos. A pesquisa fez perceber que na década de 1990 em Quixabeira iniciou um processo de transição dos pensamentos e da postura do sertanejo em relação ao modo de entender e encarar a seca, partindo de uma interpretação cristã e de um comportamento de aceitação, caminho a uma nova educação para a convivência com o semiárido, modelo este, resultado da articulação de movimentos sociais do Nordeste e de Quixabeira.

**Palavras-chave:** Nordeste, Vivências, Semiárido, Convivência, Transição.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa microrregião da Chapada Diamantina .....	19
Figura 2 – Mapa da Região Semiárida e Subúmida do Nordeste do Brasil .....	20
Fotografia 1: Sertanejos da Comunidade de Piloto – Quixabeira.....	37
Fotografia 2: Mulheres da Comunidade de Tigre–Capim Grosso. ....	39
Fotografia 3: Confraternização, grupo comunitário de Jaboticaba. ....	57
Fotografia 4: Visita de Padres ao grupo comunitário de Jaboticaba. ....	58
Fotografia 5: Encontro para elaboração da proposta técnica do Conviver.....	65
Fotografia 6: I Festival de Feno e Silo.....	67
Fotografia 7: Fabricação de ensilagem, Várzea Dantas – Quixabeira .....	71

## LISTA DE TABELA

Tabela 1- Indicadores Sociais do Município de Quixabeira Bahia.....	22
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AECOFABA** - Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia
- ABRA** - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACACACG** - Associação Comunitária Centro Assistencial de Capim Grosso
- ACPPC** – Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Caraíba
- AFACAMUQ** - Associação de Famílias Carentes do Município de Quixabeira
- APAEB** - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
- APLB** - Associação dos Professores Públicos da Bahia
- APMI** - Associação de Pai e Moradores de Itatiaia
- APPJ** - Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba
- APPSC** - Associação de Pequenos Produtores de São Cristóvão
- ARCOCG** - Associação Rel. e Comunitária de Capim Grosso
- ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CEI** - Centro de Estatística e Informações da Bahia
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CONVIVER** - Projeto de Convivência do Homem com a Seca
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas
- EBDA** - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
- EFA** - Escola Família Agrícola de Jaboticaba
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDE** - Índice de Desenvolvimento Econômico
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano por Município
- IDS** - Índice de Desenvolvimento Social
- IDSE** - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
- IRCSA** - Associação Internacional para a Promoção de Sistemas de Captação de água da Chuva
- IRPAA** - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
- LDOs** - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOAs** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MPA** - Movimento de Pequenos Agricultores

**MST** - Movimento dos Sem Terra

**ONG** - Organizações Não Governamental

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**ONG** - Organização Não Governamental

**STTR** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**SUDS** – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
1. CONHECENDO UM POUCO SOBRE O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA - BA	
1.1 Conotação Territorial .....	20
1.2 Realidade Socioeconômicos .....	22
1.3 Diálogos em torno da Seca no Nordeste.....	24
1.4 O Sertanejo quixabeirense e o pensar a estiagem na década de 1990 .....	32
1.4 O Sertanejo quixabeirense e o cotidiano diante das estiagens na década de 1990 .....	37
2. A TRANSIÇÃO: DA “ACEITAÇÃO” À ORGANIZAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO .....	41
2.1. A mobilização das entidades rurais para a convivência com o semiárido .....	42
2.2. Ampliação das ações e reivindicações das entidades sociais para a convivência com o semiárido .....	46
3. PECULIARIDADES LOCAL PARA O ENFRENTAMENTO DA ESTIAGEM NA REGIÃO DE QUIXABEIRA: Trajetória de uma Organização de Trabalhadores de Jaboticaba - Quixabeira .....	54
3.2. Organização para a Convivência com o Semiárido em Quixabeira .....	61
3.3. Resultado das ações do Conviver em Quixabeira.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
FONTES ORAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	79

## INTRODUÇÃO

As especificidades e contradições da região Nordeste faz parte de uma vasta discussão no campo da política, da historiografia, dos movimentos sociais e por quem sobrevive neste contexto, especialmente no que tange a questão relacionada a escassez de água, uma realidade vivida em todo o semiárido baiano, região que convive com longos períodos de estiagem, com densidade pluviométrica média insuficiente para a produção agropecuária; estiagens constantes; irregularidades e ocorrência de chuvas isoladas. Esta realidade desencadeia em um alto nível de interferência no cotidiano das famílias, especialmente aquelas que sobrevivem no campo e tira dele as alternativas de sustento e produção, intervindo diretamente na qualidade de vida e nas possibilidades socioeconômicas destas, e conseqüentemente em um inevitável processo de desagregação em comunidades de diversos municípios, e no surgimento de novas e adaptáveis experiências e relações.

Novas perspectivas apontam outras interferências como contribuidoras a esta realidade: A cultura local, o modelo de convivência do sertanejo com sua realidade e as formas de investimento/atendimento adotado pela política. Quixabeira comunga deste contexto, como também de outro importante fator do Nordeste durante a década de 1990: A ampliação/intensificação dos movimentos sociais e de suas ações, na busca de pressionar os órgãos competentes, mobilizando a efetivar políticas específicas a esta realidade e o apoio regional.

Surge assim o interesse de investigar a temática sobre “as relações estabelecidas em torno das estiagens”, em torno deste fenômeno climático que desperta uma inquietação, sobretudo sobre as grandes estiagens ocorridas, de que forma esse povo se organiza para enfrentá-la e as principais intervenções. Quixabeira dispõe de diversas Organizações não Governamentais, entre elas a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), especificamente o Projeto de Convivência do Homem com a Seca (Conviver), que surge como iniciativa de pequenos produtores rurais, idealizando a possibilidade de conviver no semiárido por meios de técnicas adaptáveis, objetiva “contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras” por meio de ações direcionadas a formação de

agricultoras e agricultoras familiares, a infraestrutura de produção especialmente no que tange o armazenamento de água e a viabilização da produção com financiamentos. Neste viés, despertou-me a indagação: qual o pensamento e comportamento do sujeito histórico de Quixabeira no enfrentamento da estiagem na década de 1990, de que forma se estabeleceram as relações junto a APPJ-CONVIVER? Para respondê-la, foi necessário aprofundar nas questões: quais as contribuições dos movimentos sociais no Nordeste e em Quixabeira; de que forma os envolvidos participaram do processo de mobilização? Após essa análise, a pesquisa se voltou as “Relações Estabelecidas em torno das Estiagens em Quixabeira – Bahia, década de 1990”.

Como todo trabalho investigativo visa responder questionamentos, foi necessário traçar objetivos e caminhos para alcançar possíveis respostas. Com esta finalidade, foi estabelecido o objetivo geral de investigar as Relações Estabelecidas em torno das estiagens em Quixabeira – Bahia, década de 1990 e compreender por meio das fontes, pensamentos, comportamentos e relações o contexto da escassez de água trazida pelos períodos de estiagem, como também a atuação e os apontamentos trazidos pelo Projeto de Convivência do Homem com a Seca (Conviver) com os agricultores familiares e as mudanças surgidas diante das novas perspectivas, a fim de identificar o contexto histórico e socioeconômico vivenciado por estas famílias no período; constatar pensamentos, vivências e relações estabelecidas em torno da escassez de água; conhecer a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) Projeto de Convivência do Homem com a Seca (CONVIVER) e analisar suas contribuições no entendimento de convivência com o semiárido; verificar como se dá o processo de mobilização da APPJ-CONVIVER no município de Quixabeira – Bahia; identificar a possível transição do entendimento/comportamento dos agricultores e agricultoras familiares de Quixabeira em relação à estiagem.

O cunho primordial desta pesquisa é o levante de uma mudança de postura e de interpretação do sertanejo da região de Quixabeira em relação a “seca”, partindo de um pressuposto de aceitação e interpretação cristã para a educação da convivência com o semiárido. Para isso, fez-se necessário um recorte temporal da década de 1990, esta, englobou três fatores determinantes: ocorrência de um longo período de estiagem que atingiu o semiárido nordestino; o entendimento da seca relacionado a

questões divinas e a partir de 1997, a disseminação de novas perspectivas de convivência trazidas por movimentos sociais e o início de uma transição que marcou a mudanças de entendimento e de postura dos sertanejos quixabeirense em relação ao semiárido.

Partindo do pressuposto do homem como sujeito transformador de seu contexto social, um ser dotado de valores culturais, históricos e sociais, além de possuir conhecimentos e aptidões e o mundo como palco das manifestações, onde acontecem às transformações humanas, o grande suporte teórico foi dado pela História Social com suas abordagens que compreendem os diversos grupos sociais, o cotidiano, as trajetórias coletivas e individuais e as relações, também em torno das “minorias”, ampliando a possibilidade de fontes a depender do objeto de estudo e a critério do historiador. Fazendo se necessário o diálogo com Edward Thompson<sup>1</sup>, ele que representa esta tendência que contribuiu para a ampliação do foco da atuação e de reconhecimento da historiografia, abrindo espaço para diferentes experiências, inspirados em novas reflexões da História da Classe Operária Inglesa, permitindo assim a perspectiva de estudo para as relações vivenciadas por sujeitos históricos de Quixabeira, que até então, não poderia ser compreendida pela historiografia tradicional.

Neste objetivo, fez-se necessário a volta ao arquivo, segundo Chartier<sup>2</sup> este movimento faz renovar interesses frente aos documentos históricos. O arquivo vem ser uma experiência única para cada pesquisador, uma fonte bruta, não para a busca do documento mais verdadeiro, mas, como possibilidade de entender o real, como ele é pensado, escrito, dado a ler por aqueles que os representaram. O retorno ao arquivo abre dentro da historiografia novas questões e compreensões. Com base nisso, a presente pesquisa se utilizou de vários documentos: correspondências, relatórios oficiais do governo; jornais, diagnósticos das comunidades, relatórios de organizações sociais diversas, atas de fundação, reuniões, assembleias, convênios e contratos com entidades parcerias, relatório de prestação de contas, composições religiosas, fotografias etc, cuidadosamente

---

<sup>1</sup> E. P. Thompson, A Formação da Classe Operária Inglesa -, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

<sup>2</sup> CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras do Milênio. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001, p.115-140.

analisados neste processo de transformar documentos em fontes históricas. Indo ao arquivo, foi possível beber diretamente da fonte, uma necessidade constante uma vez que, nenhum historiador foi capaz de esgotar uma fonte, olhar e buscar nas fontes significa ir além de interpretações já existentes, uma vez que, o documento bruto trás a singularidade da interpretação, possibilitando uma nova forma de ver e enxergar, uma nova leitura, das diferentes representações/configurações.

Outra fonte essencial para o resultado desta pesquisa foi a oralidade. Para Thomson<sup>3</sup> a História Oral permite recuperar experiências, especialmente, daqueles que continuam invisíveis na documentação histórica. Sendo assim, através da pesquisa oral, foi possível resgatar experiências de pequenos agricultores familiares, moradores da zona rural de Quixabeira antes e durante toda a década de 1990, donos de pequenas propriedades rurais de onde, retiravam seus sustentos, participantes de movimentos sociais locais, vivenciaram muitas estiagens ao longo de suas vidas e através de suas memórias trouxeram a representação destas vivências, além disso, participaram ativamente da formação de organizações sociais locais e são também beneficiários destes movimentos, o que permitiu avaliar desejos e esperanças. Foram cuidadosamente selecionados com critérios delimitados por suas próprias vivências, diante disso, Thomson vem afirmar que,

“a História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.

Uma vez que a consciência do passado funde-se na memória, através das lembranças e das recordações e é acumulada nas experiências, a presente pesquisa encontrou nestas memórias a representação da configuração de Quixabeira na década de 1990, especialmente quando se trata do estudo do imaginário e vivências, como eles pensavam a estiagem e quais as relações com o divino. Para Lowenthal<sup>4</sup> a memória, é fruto das recordações do vivido ou das lembranças daquilo que foi contado, seu exercício envolve dois movimentos: relacionado ao tempo presente, enquanto o interesse do pesquisador na busca do

---

<sup>3</sup> THOMSON, Alistair. “Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In: *Projeto História*, São Paulo. n. 15, abril/1997, p75 e 44.

<sup>4</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História nos Trabalhos da Memória*. São Paulo: PUC-SP, 1998, p83.

passado, e ao tempo passado, enquanto a fonte da análise e a memória individual. Se a memória também é capaz de transformar vivências públicas em experiências pessoais, e corrobora com a identidade pessoal, “Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”, uma vez que a memória coletiva está naquilo que é comum ao grupo, embora cada integrante a produza de forma individual, representa como o próprio grupo a percebe e seleciona.

De Decca vai buscar nos lugares mais remotos possíveis a memória coletiva, mesmo estando em lugares muitas vezes irreconhecíveis pela tradicional historiografia. Quixabeira vem ser entendida como um destes lugares, principalmente no que tange a convivência dos homens e mulheres do campo com a realidade de escassez de água no semiárido. Sobre o caráter coletivo da memória, ele vem afirmar:

Poderíamos dizer que hoje a memória coletiva encontra-se refugiada em lugares pouco visíveis, preservada tenualmente por meio de rituais e celebrações onde alguns grupos a mantêm ciosamente resguardada do assalto da história, ou então em lugares mais imperceptíveis ainda, como em nossos gestos, nos saberes dos nossos silêncios e em nossos hábitos<sup>5</sup>.

Além da pesquisa documental no local do estudo, fornecidos pelos responsáveis da Entidade e Pesquisas Bibliográficas relacionadas à temática, a opção foi dada a instrumentos que possibilitaram uma maior aproximação com o objeto de estudo, buscando dados qualitativos, como entrevistas diretas (depoimentos), técnicas importantes no trabalho de campo. Como a pesquisa exploratória partiu do recorte espacial – município de Quixabeira, APPJ/CONVIVER, os instrumentos que foram aplicados aos seus usuários, possibilitaram relatos de experiências por meio da pesquisa oral.

---

<sup>5</sup> DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania *In: Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992, p. 130.*

Esta monografia é constituída de três capítulos. O **Capítulo I intitulado: Conhecendo um pouco sobre o Município de Quixabeira – Ba**, situa em termos de localização e dados socioeconômicos o município estudado e discute a ocorrência de frequentes estiagens noticiadas neste recorte temporal, ineficiência na utilização de previsões meteorológicas realizadas pelo Governo da Bahia e o modelo de atendimento assistencialista. Adentra também a configuração de Quixabeira, a perspectiva cultural das famílias com relações estreitamente divinas e uma postura de aceitação diante dos períodos de estiagens.

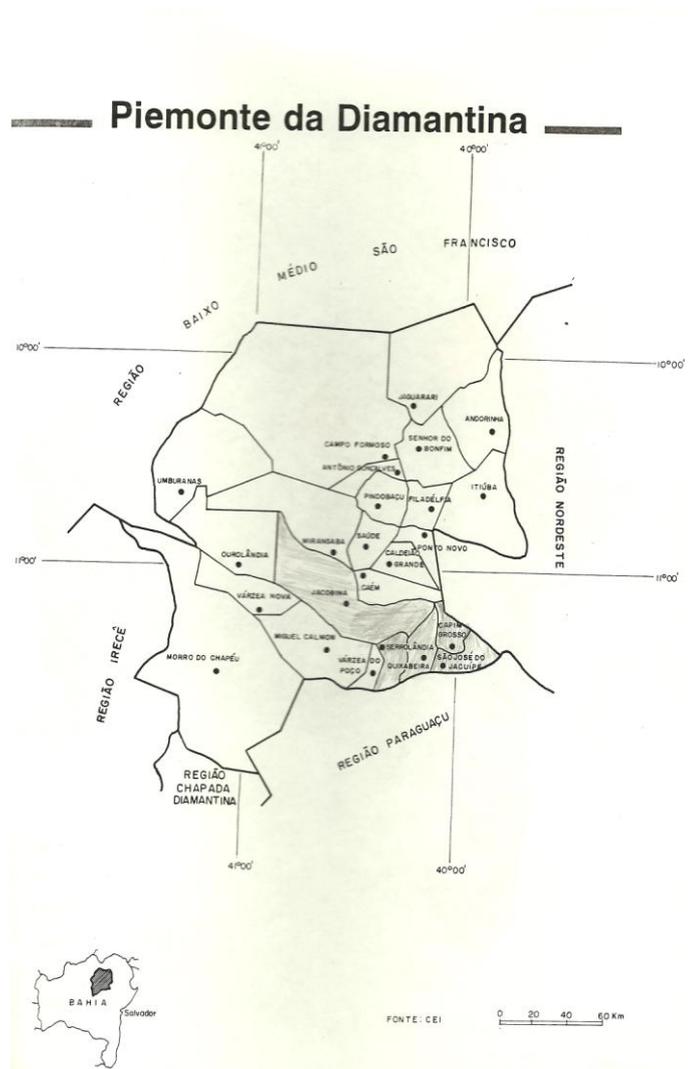
**O II Capítulo intitulado A transição: Da “aceitação” à organização para a convivência com o semiárido**, discute sobre a mobilização social das entidades para a convivência com o semiárido, iniciativas que começam a ganhar força no final da década de 1990 no Nordeste brasileiro, se utiliza de uma metodologia participativa, mobiliza a sociedade civil para um novo entendimento da realidade semiárida; reivindica novos modelos de atendimento, saindo do assistencialismo e buscando construir políticas públicas efetivas, retirando da seca a responsabilidade pela pobreza do Nordeste, relacionado-a a ausência de investimento, de presença política e a postura de aceitação do próprio sertanejo para com a sua realidade.

**O Capítulo III: Peculiaridade local para o enfrentamento da estiagem na região de Quixabeira** analisa a trajetória de uma organização social de pequenos agricultores na tentativa de construir uma nova realidade para as famílias da região e as mudanças apresentadas pela perspectiva da convivência com o semiárido do Projeto de Convivência do Homem com a Seca - Conviver que deu a região conotação possível de desenvolver através de simples ações relacionadas primeiramente, a educação dos sertanejos para saber conviver dentro de sua realidade.

## 1. CONHECENDO UM POUCO SOBRE QUIXABEIRA - BAHIA

### 1.1 CONOTAÇÃO TERRITORIAL

O município de Quixabeira possui uma extensão territorial de 368 Km<sup>2</sup>, e se localiza na área nordeste central do estado da Bahia, a 300 km da capital, Salvador. Limita-se com os municípios de Jacobina, São José do Jacuípe; Várzea da Roça, Capim Grosso e Serrolândia, de quem foi desmembrada em 1989, através de plebiscito emancipatório.



**Figura 1: Microregião do Piemonte da Diamantina**  
**Fonte:CEI**

O Município ocupa 0,06% do território estadual, e está 100% situado no “Polígono das secas<sup>6</sup>”.

Em 10 de fevereiro de 1951, foi delimitado pela lei nº 1 348 o Polígono das Secas, atualmente com área aproximada de 962 299,8Km<sup>2</sup>. Abrange uma parte de Minas Gerais e oito estados nordestinos, sendo o Maranhão a única exceção. Compreende as áreas sujeitas repetidamente aos efeitos mais drásticos das secas”.<sup>7</sup>



Figura 1. Localização da área estudada (Fonte: Silva, 2000)

**Figura 2: Mapa da Região Semiárida e Subúmida do Nordeste do Brasil**  
**Fonte: SILVA, 2000.**

De clima semiárido, Quixabeira apresenta temperatura média anual de 28°C e uma densidade pluviométrica de até 800 mm/ano. Seu relevo apresenta altitudes médias de 431 metros acima do nível do mar e topografia característica dos tabuleiros interioranos: plano com pouca ou quase nenhuma ondulação, que geralmente, condiciona o tipo de vegetação predominante, a Caatinga, com Florestas estacionais. Em sua formação geológica, os solos predominantes são os latossolos vermelhos, amarelo álico e colunionares, granito-ranisse e rochas básicas e ultra-básicas. A hidrografia do município é composta pelas águas da barragem<sup>8</sup> João Durval Carneiro, açudes e caldeirões.

<sup>6</sup> www.dnocs.gov.br.

<sup>7</sup>, Menezes, Edith Oliveira de, Moraes, José Micaelson Lacerda. Seca no Nordeste: Desafios e Soluções – São Paulo: Atual, 2009. p.27.

<sup>8</sup> O Rio Jacuípe deu origem a Barragem São José do Jacuípe, construída no Governo de João Durval Carneiro, em 1985, com o intuito de minimizar a escassez de água, tão forte na região (SRH - BA).

## 1.2 REALIDADE SOCIOECONÔMICA DE QUIXABEIRA

Com uma população predominantemente rural, a economia baseada na agropecuária tradicional, cultivada ainda nos moldes familiar, com pouco, quase ou nenhum investimento em mecanização e tecnologia de ponta, dispõe de pouca diversidade de produtos agrícolas adaptáveis às condições físicas e ambientais do semiárido. Uma região deficiente e desprovida quanto à estrutura produtiva, assim como, reconhecida e marcada pela pobreza e fragilidade de seu recurso ambiental. Apresentando uma realidade socioeconômica que se caracteriza por um sistema produtivo onde predominam as relações de trabalho com larga utilização de mão de obra doméstica, de técnicas de baixa rentabilidade e reduzidos níveis de capitalização, o município de Quixabeira é considerado pobre economicamente.

A maioria da população sobrevive com agricultura de subsistência, destacando-se a pecuária (criação de bovino, caprino, ovinos e apicultura) e agricultura (cultivo de feijão, mandioca e milho). No período de estiagem prolongada, a sua economia, se baseia, sobretudo no comércio local que, em sua maioria, se desenvolve na informalidade. Os setores que mais se destaca são os de eletrodomésticos, alimentos, vestuários e móveis. Devido à proximidade da Barragem de São Jose do Jacuípe que banha uma boa parte das terras rurais do povoado de Jaboticaba, possibilitando a criação de abelhas para produção de mel, criação de peixe em tanques, bem como o cultivo de verduras, ainda que em pequena escala.

De maneira geral, o município se caracteriza como pouco desenvolvido, sobretudo economicamente e socialmente. Todavia, as carências de maior expressividade dizem respeito ao trabalho, saúde e educação, o que faz com que a população seja afetada e, sem alternativa, migram para as grandes cidades em busca melhores condições de vida.

**Tabela 1.** INDICADORES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA BAHIA, 2003<sup>9</sup>

Expectativa de vida	Taxa de Analfabetismo de Adultos	Renda Per Capita	Taxa de Longevidade	Índice de Educação	Índice de Renda	IDH
62,63	65,55	677	0,627	0,715	0,475	0,606

**Fonte: IBGE, 2003.**

Os dados apresentados nos revelam que o Município de Quixabeira, como sendo um espaço humano, habitado e complexo cuja construção e reconstrução só será possível pelas relações socioeconômica que ai se estabelece.

<sup>9</sup> Últimos dados disponíveis.

### 1.3 DIALÓGOS EM TORNO DA SECA NO NORDESTE

A realidade socioeconômica da região Nordeste do Brasil, na década de 1990 apresenta baixos índices socioeconômicos<sup>10</sup>, alto índice de analfabetismo e a presença do êxodo rural. Vestígios de um passado carregado da “ausência” de efetivas intervenções públicas e da construção/utilização de um conceito de “seca”, também interiorizado pela população. Vários debates e produções vem “desmistificar” interpretações construídas em torno deste contexto. A visão que tudo decorria da questão climática passou a ser questionada, outros debates que emergiram envolvem questões políticas do descaso, da falta de investimento, da manutenção do poder pregada pelas elites e da “aceitação” da população marcada por um entendimento histórico, uma construção da seca esmagadora e cruel, com relações divinas, realidade esta, composta de suas particularidades locais. Segundo o Projeto Conviver para concorrer ao Concurso Melhores Práticas (2009):

A escassez de água na região significava quase a inexistência de alternativas para a sobrevivência do homem e da mulher no campo. A produção era de subsistência, baseada na criação animal e na agricultura familiar, apresentando deficiência de manejo e baixa produtividade, em decorrência da dificuldade de acesso ao crédito e da falta de assistência técnica. Isso colabora com o quadro de estagnação econômica e social do local, traduzida nos elevados índices de pobreza e na migração da população para os centros urbanos, especialmente os jovens.

Estudos nacionais<sup>11</sup> demonstraram inquietações quanto às abordagens que responsabilizavam apenas ao clima, o baixo desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, visão esta que de maneira clássica, vem ser explicada pelo determinismo geográfico, este, afirma que as diferenças no ambiente físico são as únicas causas que afetam diretamente a diversidade cultural, um discurso por muito tempo utilizado por representantes públicos, pelas elites regionais e que justificou também, a busca

---

<sup>10</sup> Entre os anos de 1977-1988, o Nordeste apresentava o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (0,575), comparado a demais regiões do Brasil: Menor expectativa de vida (58,8 anos); Menor taxa de alfabetização (63,5%); Maior percentual de Pobreza absoluta (51,2%). Menezes, Edith Oliveira de, Moraes, José Micaelson Lacerda. Seca no Nordeste: Desafios e Soluções – São Paulo: Atual, 2009.

<sup>11</sup> Ab’SABER, Aziz Nacib. Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagistas, São Paulo: Ateliê Editoria, 2003.

de “investimentos”. Segundo Iná de Castro<sup>12</sup>, nesta região foi construída um imaginário político, muito utilizado pela historiografia do Nordeste seco: Do coronelismo, das oligarquias fundiárias, das eleições fraudulentas e violentas e das disputas pelo poder, imagem esta, que retardou a construção de novas aberturas e possibilidades, continuando a pobreza por muito tempo dissociada do campo do investimento, da produção e do desenvolvimento. Uma realidade bem construída até os anos 1940 e, que começa a ser questionada devido à sede desenvolvimentista universal que repercute no Brasil, sendo assim, as regiões “subdesenvolvidas” do país entram no plano de desenvolvimento nacional e órgãos como a SUDENE<sup>13</sup>, esboça novas estratégias, uma vez que as ações até então realizadas, ainda eram consideradas mínimas em relação à demanda regional.

A SUDENE entendeu que a problemática do semiárido não se limitava a deficiência das chuvas, a proposta foi de transitar de uma política de oferta de água a região semiárida para construir o maior número de açudes, destinado a melhoria do padrão de vida da população. Para LAFER:

Essa política mostrou-se ineficiente a as crises que sucederam após cada seca demonstravam que a resolução dos problemas do semiárido não estava na oferta de água, mas na adoção de um conjunto de medidas que promovessem o desenvolvimento da região como um todo, tornando-a, assim, menos dependente das variações pluviométricas<sup>14</sup>.

Para Iná de Castro, a SUDENE delimitou o espaço para o desenvolvimento de ações mais amplas e seus planos diretores demarcaram as áreas prioritárias para os investimentos, para ela, a análise que se faz em relação a este órgão de artificialidade na sua criação pode até ser atribuída aos seus contornos, mas não em sua essência. O Centro de Estatística e Informações da Bahia – CEI, trinta anos após a criação da SUDENE, aponta dificuldades políticas, técnicas, econômicas e institucionais que frustraram seu trabalho, mostrando a falta de um engajamento na

---

<sup>12</sup> CASTRO, Iná Elias de. O Mito da Necessidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992 e CORRÊA, Roberto L. Trajetórias Geográficas, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

<sup>13</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - foi criada em 1959 com o encargo de planejar, encaminhar e coordenar medidas para o crescimento da região nordeste e o padrão de vida da população.

<sup>14</sup> LAFER, Betty Mindin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970, p.18.

busca da solução dos problemas do Nordeste, sendo assim, a seca continuou responsabilizada por todos os desequilíbrios regionais.

Em 1991, o Centro de Estatística e Informações da Bahia – CEI,<sup>15</sup> realiza um estudo no estado da Bahia, sobre o clima e os efeitos deste na vida das populações diretamente atingidas, como também na economia, no abastecimento de água, na agricultura, na geração de energia hidroelétrica e até mesmo nas indústrias e atividades urbanas. A partir deste estudo, conseguiu delimitar as áreas sujeitas a risco de seca, identificar períodos mais significativos, grau de severidade, frequência da incidência, duração e áreas mais afetadas, definindo riscos e padrões de seca no Estado da Bahia, a fim de orientar a ação do governo nos programas de controle a este fenômeno, chegando a conclusão,

... As secas têm sido frequentemente responsabilizadas pelo declínio da produção agrícola, pela fome e pela retirada da população nordestina para o sul do país. Do mesmo modo que esta análise revelou não serem tão frequentes os registros de secas meteorológicas quanto se faz crer, a instabilidade e as distorções do sistema econômico, social e político no país poderiam se revelar como a verdadeira causa da fome no nordeste do Brasil. (CEI, 1991 p. 22)

Diante do exposto, especialmente para o governo, a ideia de “inesperada” caiu por terra, a seca configura-se como algo totalmente prevista, um fenômeno que obedece a ciclos físicos regulares. Passados sete anos da publicação da divulgação do trabalho realizado pelo CEI, a estiagem e suas consequências ocupam novamente páginas e mais páginas de grandes jornais de circulação e não se fez uso das previsões para a adoção de medidas prévias no enfrentamento das estiagens.

A seca chamou atenção dos meios de comunicação que mostrava a estiagem e a reivindicações compostas de um modelo de atendimento emergencial, inclusive entre os afetados com a seca, o entendimento/enfrentamento destes, podem ser

---

<sup>15</sup> Centro de Estatística e Informações – CEI, lançou a série detalhado estudo sobre os Riscos de Seca na Bahia, iniciativa do Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia – SEPLANTEC, divulgado em 1991. O estudo realizado pela CEI é justificado pelo dado de que a Bahia que possui mais de dois terços do seu território situado em região de clima semiárido.

analisados na pauta de reivindicação de trabalhadores<sup>16</sup>, que diante da emergência da seca, solicitam frentes de serviços, escavação de barragens profundas, instalação e consertos de poços tubulares e cestas básicas para as famílias, soluções altamente emergenciais e pontuais. Nessa época, o Jornal a Tarde<sup>17</sup> trouxe duas imagens em torno da realidade semiárida: Um pescador desolado, dentro de sua canoa sobre o leito totalmente seco do Açude Rio do Peixe em Capim Grosso e animais mortos em Monte Santo – Bahia, em consequência da falta de água e de alimentos como também, a elevação do preço dos produtos agrícolas em todo o país.

A cena é desoladora, com as pastagens secas, o gado morrendo de sede e fome safras inteiras perdidas. O ser humano continua a ser a maior vítima. Famílias andam quilômetros em busca de uma lata de água. Crianças que vão a escola atraídos pela merenda escolar levam água sem qualquer tratamento para beber.<sup>18</sup>

Neste cenário, encontrava-se o estado da Bahia, incluído no mapa dos famintos, junto com outras áreas atingidas pela seca: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte de Minas Gerais. Segundo a Revista Veja<sup>19</sup>, “a assistência emergencial, montada pelas autoridades, especialmente as de Brasília, só começou a ser planejada quando o problema ficou sério e chegou ao noticiário”.

Sendo assim, é possível perceber que a mídia teve um importante papel na disseminação da seca e suas consequências, conseguiu levar esta preocupação para todo Brasil, de certo modo, pressionou o debate em torno da seca. A mídia contribuiu para a construção da representação de um imaginário “real”, de um lugar

<sup>16</sup> A Carta Aberta realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Campo Alegre de Lourdes – Bahia, no dia 05 de março de 1993, requerer providências das autoridades e alerta que nas próximas semanas a seca, atingirá 95% dos municípios do estado.

<sup>17</sup> O Jornal **A TARDE** de Salvador no dia 03 de maio de 1998, destaca: *Seca faz preços de alimentos subirem*. As imagens analisadas do fotografo Gildo Lima. A reportagem alerta para o estado de calamidade pública de 115 municípios do Polígono da Seca. A Lei 1348 de 10 de fevereiro de 1951 delimitou o polígono da seca, abrange o norte de Minas e mais 08 estados do Nordeste, exceto, Maranhão, no objetivo de instituir as políticas de neutralização da seca, com a criação do SUDENE, o zoneamento do polígono passou a variar de acordo o planejamento governamental.

<sup>18</sup> Jornal A Tarde, 3.05.1998. p.15 e 21.

<sup>19</sup> **Revista Veja**: “Brasil. O FANTASMA, Desempregados pelo governo e a mercê da chuva que não vem, centenas de milhares de brasileiros vivem sob a ameaça de não ter o que comer no dia seguinte”. Data: 04.05.1998 p. 28.

recheado por pobreza, secas, fome, misérias, desnutridos, analfabetos e esqueléticos, apoiada pelas várias literaturas do sertanejo, dificilmente mostrou o outro lado do Nordeste, suas possibilidades ambientais, econômicas e sociais e o existente desenvolvimento que muitas regiões vinham trazer. O Nordeste foi pintado por uma só cor e raramente, ocupou espaços midiáticos para tratar de outros temas que não fosse a seca.

Outra característica comum em diversas publicações que tratam do Nordeste e seca é a tendência de apontar sugestivamente para a continuação do “tradicional” modelo político utilizado desde 1940, no atendimento às famílias da região: o assistencialismo<sup>20</sup>. A água distribuída racionalmente em carros pipas, as cestas básicas como alimento para as famílias, a contratação da mão de obra barata dos nordestinos para a construção de aguadas. Estas medidas emergenciais desencadeavam na sustentação do sentimento de missão cumprida na esfera governamental, porém, o problema estrutural da região continuava afetando-a. Para SILVA,

De modo geral, as ações governamentais de intervenção nessa realidade foram sendo construídas com base nas seguintes características: a) o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade rural. Em todas essas características reproduz-se o uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento como decorrência direta das secas<sup>21</sup>.

As análises permitem afirmar que a política assistencialista trouxe malefícios para a região, pois, culminou na ação emergencial apenas nos períodos em que a seca já se alastrava e por muito tempo suprimiu a necessidade de serem pensadas políticas preventivas e educativas, não para “apagar o fogo depois do incêndio”. A política assistencialista potencializou o subdesenvolvimento da região e a imigração, principal alternativa para os sertanejos. Interessante se pensar também que a seca

---

<sup>20</sup> Termo que carrega em sua semântica a prestação de assistência à pessoa/grupo/região carente.

<sup>21</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves da, Entre dois Paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. \*Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. p. 369

tinha uma tendência de “aparecer como algo novo”, cada vez que vinha, comportava sofrimento, carências, emigrações, socorros imediatos, cada vez que dava uma trégua, parecia haver um “adormecimento”, apesar da expectativa do seu retorno – a chuva ou a falta dela foi sempre um motivo de “puxar conversas” entre os sertanejos – que não conseguiam entender a certeza de outros períodos de estiagem, os agricultores e agricultoras nordestinos poderiam até estar inocentes a esta decorrência, a este conhecimento de realidade climática ali presente, porém, os órgãos competentes não, além disso, a jornalismo sempre alertou nitidamente as decorrências cíclicas.

A forte imagem da seca não permitiu que ficassem claras as ligações entre a pobreza e as relações de produção na região. O discurso da seca foi, portanto, competentemente elaborado, divulgado e assimilado. Quaisquer outras relações casuais tinham dificuldade de se impor como ideia corrente.<sup>22</sup>

Os meios de comunicação midiáticos ao divulgar a seca estimularam a sensibilização do debate entre políticos e sociedade civil, porém, contribuiu para a construção local de um entendimento/comportamento de “aceitação” Para Albuquerque Jr,

Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este nordeste e estes nordestinos<sup>23</sup>.

No imaginário nacional do povo das outras regiões do país, o Nordeste conhecido era aquele sofrido, de certo modo, pejorativo e irreal, lugar desprovido de potencialidades produtivas, econômicas, sociais e culturais, o que desencadeou uma postura estereotipada em relação esta região e sua população. Quanto a isso, Albuquerque vem afirmar que,

Nós, os nordestinos, costumamos nos colocar como os constantemente derrotados, como o outro lado do poder do Sul, que

---

<sup>22</sup> CASTRO. I. E. O mito da Necessidade. São Paulo: Bertand Brasil, 1992. p.60.

<sup>23</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. p.31.

nos oprime, discrimina e explora. Ora, não existe esta exterioridade às relações de poder que circulam no país, porque nós também estamos no poder, por isso devemos suspeitar que somos agentes de nossa própria discriminação, opressão ou exploração. Elas não são impostas de fora, elas passam por nós.<sup>24</sup>

Albuquerque chama atenção dos nordestinos para refletir de que forma eles próprios contribuem para a formação/continuação do imaginário completo de elementos pejorativos contra eles e sua região, elementos estes, que estão sendo desconstruídos a partir de novos estudos, que trazem como objeto, temas que valorizam as contribuições dos nordestinos em todo o Brasil. Nesta perspectiva, Rigamonte vem afirmar que,

Dizer que São Paulo é a maior cidade nordestina do país já não causa grande impacto: o peso do contingente migratório originário do Nordeste na população da cidade, sua participação como mão de obra no processo de desenvolvimento urbano e industrial e a influência da cultura típica daquelas regiões – não obstante os surtos de preconceito contra os “bairianos” – constituem realidade indiscutível. Afinal, é quase um século de presença continuadas, que se intensifica a partir dos anos 30.<sup>25</sup>

Percebe-se também certa distância entre as ações públicas e a realidade local diante de medidas emergenciais do estado, a predominante política assistencialista e a não utilização das previsões existentes e dos conhecimentos científicos sobre a região para desenvolver/intensificar até a década de 1990, políticas públicas preventivas e educativas, capazes de diminuir os desastrosos efeitos da falta de água, contribuindo demasiadamente para a demora do atendimento, para elevação da pobreza e do sofrimento humano, como que nada o estado poderia fazer previamente na antecipação de políticas que assegurasse uma nova visão de seca e de enfrentamento de estiagem, na década de 1990, esta continua responsabilizada pelo contexto vivenciado na região.

---

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. p.31-33.

<sup>25</sup> RIGAMONTE, Cristina Rosani. Sertanejos Contemporâneos: entre a metrópole e o sertão, São Paulo, Humanistas, 2001. p.19.

A palavra cíclica utilizada na pesquisa feita pela CEI perpassa a rotação prevista das estiagens e adapta-se perfeitamente na conjuntura cultural, social e econômica, uma vez que as chuvas e as estiagens comungam com uma rotação de conquistas e perdas que envolvem a economia local e leva muitas famílias a falência.

#### 1.4 O SERTANEJO QUIXABEIRENSE E O PENSAR À ESTIAGEM NA DÉCADA DE 1990

Partindo de um entendimento de que o semiárido não poder ser considerado uniforme, pois, seu interior está composto de diferenças físicas, econômicas e sociais, o sertanejo baiano de Quixabeira a respeito da “seca” mantinha na década de 1990, uma interpretação local, uma mentalidade própria, distante das explicações técnicas e científicas já praticadas em outras regiões do país. Relacionava-a diretamente a questão divina, intrínseca, impotente à interferência humana, como na memória trazida por Fidelcina Francisca da Cruz<sup>26</sup>,

A gente pensava que a chuva dependia de Deus (...) que era Deus que mandava e quando não vinha era Deus que castigava. Rio secava era marcação de Deus e tudo que acontecia era marcação de Deus. O homem tinha uma consciência pesada por não ter alcançado certos incinamentos, (...) de 1997/1999 pra trás.

Para Lowenthal<sup>27</sup>, o passado está além do nosso alcance, não pode ser verificado via observação, experimentação, sendo necessário, se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória. Uma predominância se deu entre os entrevistados, a consciência pesada, o sertanejo sofre com a efetiva consequência da estiagem e com o sentimento de culpa, uma vez que entende ser ele responsável por este fenômeno. Demonstra assim, a crença de que só a interferência divina resolveria questões relacionadas à falta de chuva e as consequências desastrosas decorrentes dela, pois, só Deus teria o poder de enviar as bênçãos sagradas sobre a terra. Confiantes neste princípio, o apelo a Deus pela misericórdia divina (chuva) representa que em suas mentalidades o clima estava no controle de Deus e ele predeterminava quando enviar; a afirmação que se o tempo está seco é porque “Deus assim o quis” “é sua vontade, não tem jeito”, evidencia que a realidade climática do semiárido era encarada pelos sertanejos como algo totalmente dependente da vontade divina, sendo assim, nada o homem poderia fazer para

---

<sup>26</sup> Fidelcina Francisca da Cruz, Comunidade de Várzea Dantas – Quixabeira – Ba, entrevistada em 17.10.2012. É engajada nos movimentos sociais do município uma das suas principais lutas é pela água, uma vez que defende este ser o mais importante potencial para a convivência com o semiárido. Faz parte do Conselho Diretor do Programa de Convivência com o Semiárido, representado as Comunidades Eclesiais de Base – CEBS.

<sup>27</sup>LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História no Trabalho da Memória*. São Paulo: PUC-SP, 1998, p.65-77.

mudar esta situação, tirando qualquer responsabilidade política e social do controle do homem e direcionando-as à vontade divina, que, utilizava também, as estiagens como castigo para a má postura humana, e toda vez que surgia um acontecimento trágico, as pessoas relacionavam e acreditavam ser, o motivo da falta de chuva “o castigo de Deus”. A água, a chuva e a esperança de bons tempos tinham fortes apelos e ligações com a fé cristã. Esta tendência vem ser retratada por Malvezzi,

Duas linhagens básicas de evangelização permearam a região. Não são antagônicas, tem elementos comuns, mas são diferentes. A primeira foi a dos missionários tradicionais, normalmente de congregações vindas de fora, como capuchinhos e franciscanos. Circulando pelo sertão, eles – e também os vigários fixos – difundiram uma cultura religiosa bastante ameaçadora. No imaginário popular ficou a imagem de que a chuva é um dom de Deus<sup>28</sup>.

Este modelo de entendimento e enfiamento descrito impulsiona maior aproximação destes sujeitos históricos com a religião, especialmente a Católica, uma vez que Deus está no centro da discussão e os homens pecadores são responsáveis pelos castigos que são impostos pela autoridade divina.

Para a moradora da Fazenda Gameleira, na zona rural do município de Quixabeira, Maria Luciene Almeida dos Santos:

(...) na década de 1990, a gente pensava assim,(...) que a estiagem era Deus castigando a gente. A gente fazia as coisas erradas e a chuva não vinha aí o que é que a gente fazia? A gente juntava todos os povos, assim, os nossos conhecidas, das fazendas, e fazia procissão, com garrafa de água<sup>29</sup>.

Diante dessa fé, os sertanejos de Quixabeira se utilizavam dos chamados acompanhamentos, ato de fé religiosa onde uma pessoa dotada crente, “rouba” um Santo de um ambiente sagrado ou até mesmo uma casa de família, os mais homenageados eram São Pedro, Santo Antônio e São José, devidamente escondido em um determinado lugar, mantinha-se a fé que este ato, trazia abundante chuva,

---

<sup>28</sup> MALVEZZI, Roberto, Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: CONFEA, 2007. p. 22.

<sup>29</sup> Maria Luciene Almeida dos Santos moradora da Fazenda Gameleira, zona rural de Quixabeira, entrevistada em 13.10.2012.

uma vez que o acompanhamento só poderia acontecer em épocas de grande calamidade, seca, sofrimento e momentos de clemência e misericórdia divina, assim, a chuva para estes era certeza. Para Malvezzi, “essa revolução cultural passa pela dimensão religiosa do povo local. No “mapa da fé”, chama a atenção que o Semi-Árido é das regiões mais resistentes no catolicismo (...) Além disso, não há como negar que o Semiárido tem um catolicismo popular historicamente arraigado”. Dona Fidelcina Francisca da Cruz, durante sua entrevista entoava a cantiga do bendito, cantado coletivamente pelas comunidades e famílias. A letra trás o imaginário desta gente, a abundância ou escassez da chuva estava estreitamente relacionada com a vontade divina, mediante seus comportamentos na terra.

(...) Meu divino São José  
 Aqui tô em vossos pés  
 Mandai chuvas e bom tempo, meu Jesus de Nazaré  
 Quem quiser fazer promessa  
 Se apegue com São José  
 Na mesma hora ele ver a chuva de Deus na terra  
 Quem tiver sua devoção, contrita no coração  
 Na mesma hora ele ver a chuva de Deus no chão  
 Quem quiser fazer promessa,  
 se apegue com São José  
 Na mesma hora ele ver a chuva de Deus na terra  
 Meu divino São José  
 É esposo de Maria  
 Mandai chuva e bom tempo  
 Dai me a vossa santa valia  
 Vos oferece este bendito ao divino São José  
 Que é um Santo de milagre pela nossa santa fé.

O divino cantado pelos sertanejos quixabereze alimenta um forte imaginário de submissão e imploração pela chuva e bom tempo, um entendimento muito presente que fez vigorar nesta região uma postura de espera e apego religioso. O Santo aclamado no bendito é visto com autonomia para enviar a chuva a depender apenas do apego e da fé dos fieis, mandaria ele a misericórdia (chuva), esta credibilidade dada ao Santo citado vem ser percebida também, pela proximidade que o Santo tem com Jesus de Nazaré sendo ele esposo de Maria.

Muitas canções e compositores contribuíram para as várias representações em torno da configuração do Nordeste, para Albuquerque,

Luiz Gonzaga se tornou aquele artista capaz de atender à necessidade do migrante de escutar coisas familiares, sons que lembravam sua terra, sua infância, sons que o levava até este espaço de saudade em meio a toda polifonia do meio urbano. Mas a atribuição desta identidade regional à sua música foi possível por uma produção discursiva que a tomou como objeto<sup>30</sup>.

As mobilizações populares em procissão eram – e em alguma medida ainda o são – entendidas como forma de agradecimento pela chuva, envolvendo confraternização. Irene Isabel de Jesus Souza a respeito das promessas pedindo chuva traz seguinte memória:

(...) pegava o Santo escondido, escondia na casa de outro vizinho, depois convidava a população e fazia aquela promessa pedindo chuva, e acontecia através da fé (...) chovia e ai, no meio daquela chuva, naquela alegria, reunia família e ai retornava aquele Santo para o local, cantando os Benditos bonitos, todo mundo alegre porque tinha recebido aquela benção do Senhor. (...) Ai, rezava a Oração de São José. Então a gente rezava esse bendito, é vários estrofes que tem, em agradecimento daquele benefício que já tinha acontecido, que era a chuva<sup>31</sup>

Retratado em outros trabalhos<sup>32</sup> a ansiedade é considerado outro aspecto cultural da seca. Na incansável espera pela chuva, o sertanejo, utilizava sinais que previam o tempo, uma característica geral do Nordeste, uma vez que independente das regiões, mesmo com mudanças significativas de interpretação, as superstições existem e são bem utilizadas, envolviam a fauna e flora local. A natureza sinaliza previsões de tempos bons ou ruins, lidos pelos sertanejos, entre tantas outras, quando o mandacaru em um tempo “ruim” floresce é sinal de chuva; um anel de nuvem branca ao redor do sol; a inquietação de muitas formigas na superfície da terra e até mesmo experiência com sementes plantadas durante o mês de agosto para prever chuvas em janeiro, fevereiro e março do ano seguinte.

---

<sup>30</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.p.177.

<sup>31</sup> Moradora da Fazenda Gameleira, povoado de Jaboticaba - Quixabeira – Bahia, entrevistada em 21.10.2012.

<sup>32</sup> Moraes, Edith Oliveira de, e Menezes, José Micaelson Lacerda. Seca no Nordeste: Desafios e Soluções, – São Paulo: Atual, 2009.

Diante do exposto, é possível analisar a crença destes sertanejos, a certeza de que a única forma de intervenção possível para os homens seria a oração, a promessa, o apelo, o sacrifício. Durante muito tempo, Quixabeira conviveu com este tipo de comportamento no enfrentamento da estiagem, uma maneira cômoda, sempre à espera do “bom tempo” nada de concreto poderia se fazer diante da escassez da água e do alimento para os humanos e animais. A falta de esperança que cada período “ruim” trazia, era rapidamente apagada com a chegada do bom tempo, que fazia florescer o sentimento de satisfação e alegria, os poucos reservatórios cheios, “resolvia” de imediato a falta de água, porém, as dificuldades dos agricultores e agricultoras, perduram por mais tempo, uma vez que suas economias saiam debilitadas da situação.

## 1.5 O SERTANEJO QUIXABEIRENSE E O COTIDIANO DIANTE DAS ETIAGENS NA DÉCADA DE 1990.

Como base na análise de todo o exposto, é possível afirmar que a relação divina e a visão de “impotência” humana, diante do semiárido atrelada à postura assistencialista e a ausência de uma interferência pública efetiva e preventiva para o enfrentamento da seca e suas agravantes consequências, culminaram em baixos índices de desenvolvimento econômico e social, uma vez que o município tem uma economia predominantemente rural, Quixabeira na década de 1990 chegou a ser classificado o município mais pobre do estado da Bahia. Seu Índice de Desenvolvimento Socioeconômico apresentou os seguintes números: O menor Índice de Desenvolvimento Econômico 6,33, ficando da 415<sup>o</sup> posição; Índice de Desenvolvimento Social 14,17, ficando na 380<sup>o</sup> posição, ganhando apenas para sete cidades; Índice de Desenvolvimento Socioeconômico com 9,47, também o menor entre os classificados com piores índices na Bahia<sup>33</sup>.

A carência regional em torno da água envolvia poucas ações governamentais, aconteciam de forma isolada e dissociada de outros setores da esfera pública, com a construção de açudes<sup>34</sup> comunitários, utilizando a mão de obra dos trabalhadores da comunidade através do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas – DNOCS<sup>35</sup>.

No Nordeste, os políticos que controlam o poder local tem uma longa experiência no exercício desse poder. São hábeis na manipulação das necessidades humanas. Os três esteios básicos do controle sobre a população são a fome, a sede e a saúde<sup>36</sup>

Quixabeira no aspecto da divisão territorial apresenta a característica do minifúndio como realidade local, dos 11.708 moradores da zona rural – incluindo pequenos povoados rurais – 146 imóveis rurais tinham o tamanho menor que um módulo (tamanho menor que uma pequena propriedade) 16 pequenas propriedades e 02

<sup>33</sup> Classificação dos Municípios Baianos. Fonte: SEPLANTEC / SEI.1996.

<sup>34</sup> Entre 1910 a 1981 no polígono da seca foram construídos 265 açudes através do DNOCS, destes, apenas 32 no Estado da Bahia.

<sup>35</sup> O Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas - DNOCS foi criado em 1909 e foi, até a criação da SUDENE, socorria às populações flageladas pelas cíclicas secas na Região Nordeste.

<sup>36</sup> MALVEZZI, Roberto, Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: CONFEA, 2007.p16.

médias propriedades com média de 369,5 Ha e inexistência de grandes propriedades de terra<sup>37</sup>. O setor agrícola incluía produção de sisal, cebola, laranja, feijão, mandioca, melancia, tomate e milho e a produção animal de 1995/1996 de aves, bovinos, ovinos, caprinos, suínos e equinos.



**Fotografia 1: Sertanejos da Comunidade de Piloto – Quixabeira (1998).**

**Fonte: Arquivo particular da APPJ-Conviver.**

Na falta de uma postura preventiva de armazenar alimentos para os criatórios, durante as estiagens, árvores nativas serviam de alimento para os animais, especialmente, o mandacaru e a palha do licurizeiro<sup>38</sup>, em poucas propriedades existia a reserva estratégica da palma, e quando havia, eram pequenos quintais, em geral, uma produção insuficiente em relação ao número de animais e a longevidade dos períodos de estiagem. Os agricultores familiares pouco investiam na construção de formas de armazenamento de água, apesar das condições climáticas, armazenar água era uma prática ainda muito pouco adotada, apenas um ou dois pequenos tanques por propriedade rural, maioria construídos com rústicos sistemas de mão de obra humana, com ajuda de animais e banguês – engenhoca construída com madeira e coro de boi cru, para carregar a terra retirada do barreiro, manualmente pelo homem – os reservatórios de água serviam tanto para o consumo dos animais quanto para o abastecimento das necessidades domésticas de toda a família que trilhava pelos estreitos caminhos em busca da água nas diversas fontes. Uma questão muito forte neste contexto da água na região é o papel da mulher que na

<sup>37</sup>SEPLANTEC/SEI. Classificação dos Municípios Baianos, 1996 p.41,55,57.

<sup>38</sup> Planta nativa da região.

maioria dos lares assumia a responsabilidade do abastecimento da água, carregando latas de água na cabeça. Esta cena vem ser retratada por Malvezzi.

A cena, das mulheres carregando latas d'água na cabeça e clássica (...) as mulheres realizam um desfile pelas estradas calcinadas do sertão. (...) Ha uma relação íntima entre a água e o feminino. (...) Ela revela a divisão de papéis familiares e de trabalho entre os sexos<sup>39</sup>.

Dentro deste cotidiano, formou-se também um variado acervo de objetos utilizados no transporte da água das fontes às residências familiares: potes de barro, latas, carotes<sup>40</sup>, cabaças, baldes, muitos construídos de forma manual pelos próprios sertanejos. O jumento, popularmente apelidado de jegue, traz grande representatividade neste contexto, servia para a busca da água, carregando carotes e carroça com túneis cheios, além de servir para montaria ao levar os animais às longas distâncias para beber água. Todo este contexto de escassez de água trazia para a população da região de Quixabeira inúmeras consequências, interferindo diretamente na qualidade de vida, uma vez que, a busca da água atingia longos caminhos, a utilização da água era racionado, pois a tarefas de manter a casa “abastecida” carecia o percurso de longas distâncias, dedicação e levante de peso, muitas vezes as mulheres buscavam a água em conjunto para uma ajudar a outra na hora de colocar a lata na cabeça. As crianças também participavam ativamente do abastecimento da água para o consumo doméstico.

---

<sup>39</sup> MALVEZZI, Roberto, Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: CONFEA, 2007.p.14

<sup>40</sup> Objeto construído com borracha e madeira, utilizado para armazenar a água da fonte e transportar até às residências.



**Fotografia 2: Mulheres da Comunidade de Tigre – Capim Grosso (1999).**  
**Fonte: Arquivo particular da APPJ-Conviver.**

Outra política se instalava em torno da escassez de água: a da boa vizinhança.

(...) Aí eles vinham pedir. – Ó a gente não tem água, a gente quer água para a gente beber, para a gente lavar. Aí tinham pessoas que davam né? Tinha que não deviam. Tinha pessoas que aceitavam, davam pra água pra beber, mas pra lavar não. Agora, não caso da gente, que no tanque da gente todo mundo pegava. Os vizinhos todos ali pegavam né, só deixavam de pegar, quando secava mesmo, aí é que o carro pipa vinha botar água e todo mundo continuava apanhando, a mesma coisa, mesmo o carro botando<sup>41</sup>.

As poucas famílias que tinham possibilidade de reserva serviam a vizinhança, abrindo suas porteiras para que estes pegassem a água para suas demandas, especialmente para o consumo humano. Havia também aqueles que apesar de dispor de reservas cheias, negavam a população vizinha o acesso água, estes geralmente eram mal vistos, “negavam um bem que não era deles e sim de Deus”. A economia local sofria as consequências diretas pela ausência de ações preventivas de armazenamento de água. Os poucos rebanhos, criados em pequenas propriedades, eram praticamente erradicados pela fome, sede, fraqueza e doenças decorrentes desta situação, esta constância, tirava a possibilidade de melhoramento regional em termos econômicos e sociais.

<sup>41</sup> Maria Luciene Almeida dos Santos, Fazenda Gameleira – Quixabeira. Entrevistada em 13.10.2012.

## **2.0 A TRANSIÇÃO DA “ACEITAÇÃO” À ORGANIZAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

A palavra “aceitação” vem ser utilizada nesta narrativa para explicar a maturação de um entendimento e uma postura dos sertanejos de Quixabeira diante dos cíclicos períodos de estiagem, um modo peculiar de entender e relacionar-se no contexto da falta de água. Este modelo de “aceitação” engloba a incansável espera pela chuva; o entendimento de que problemas relacionados a falta de chuva estavam no controle divino; o sentimento de culpa, uma vez que se sentiam responsáveis pela falta da chuva, resultado da má postura humana; a incansável lamentação devido as perdas econômicas e sociais; e como principal, o distanciamento entre os problemas conjunturais decorrentes da estiagem e a ação das várias instâncias públicas, sempre solicitadas para socorrer as famílias em situação de emergência.

Diante do exposto é possível perceber que a visão de seca até então vinha a ser encarada nesta realidade com a causa direta por todos os problemas socioeconômicos da localidade. Uma realidade carregada de heranças culturais, mas também, uma reação a “incapacidade financeira” destas famílias de investir em medidas de enfrentamento, como também, da falta de interferência de grupos políticos que percebiam na seca certa comodidade, para seus interesses.

Tanto para a historiografia, quanto para outras áreas do conhecimento, a mudança do pensamento vem a ser um dos campos mais lentos às transformações, a palavra transição se encaixou perfeitamente neste sentido, vem demonstrar algo que começa a dar sinais de mudanças, porém, não pode ser considerado pronto e acabado, por ser um processo que começou a ganhar novos elementos na vivência dos sertanejos, organizando-se de várias formas diante da necessidade de mudanças de postura, a fim de minimizar as dificuldades que emperram o desenvolvimento local, demanda esta, que depende de um novo entendimento de seca pelos diversos sujeitos históricos, perpassa o determinismo geográfico e se amplia para uma questão social de novos modelos de atendimento.

## 2.1 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DE ENTIDADES PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Com a ditadura militar do Brasil, diferentes movimentos esquerdistas políticos e sociais foram surgindo, se intensificando e construindo diferentes trajetórias, lutas localizadas, regionalizadas e universais em todo o território Brasileiro. Para Steil<sup>42</sup> as organizações não governamentais que surgem durante da ditadura militar, cresce na década de 1980 e chega com mais visibilidade para a população durante a década de 1990, com fortes relações com os fatores econômicos, sociais e políticos, de certo modo, assumindo ações do estado, fator este que acabou valorizando-as e de certo modo, desvalorizando a função reguladora do estado.

A partir da realidade de escassez de água vivenciada pelo Nordeste, foram surgindo movimentos sociais em busca de um novo modelo de entendimento/atendimento de convivência na região, travando uma luta de classe, que segundo Thompson<sup>43</sup> é motivada pela união de interesses e valores construídos culturalmente pelos grupos sociais:

(...) o que muda assim que o modo de produção e as relações mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. (...) a transformação histórica acontece não por uma dada "base" ter dado vida a uma 'superestrutura' correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem vivenciadas na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e serem questionadas nas ações e crenças humanas.

Assim, as relações estabelecidas dentro de uma modelo produtivo, acionam e fazem acontecer diferentes experiências que repercutem diretamente no social e cultural e causam transformações históricas. Segundo Oliveira, as lutas travadas pelos movimentos sociais rurais perfizeram durante a história do país diferentes caminhos.

A humanidade construiu ao longo de sua história, três caminhos no processo de mudanças sociais: a) a luta armada; b) a via institucional; c) os movimentos sociais. A luta armada, foi e ainda é opção de muitos povos. (...); A via institucional é ainda aceita por muitos, (...) é o caminho da ocupação dos espaços institucionais; busca o fortalecimento dos partidos políticos e a implantação de

---

<sup>42</sup> STIEL, Carlos Alberto, CARVALHO, Isabel C. M. ONGs no Brasil: Elementos Para uma narrativa política. 2007. Disponível no [www.clasco.org](http://www.clasco.org).

<sup>43</sup> THOMPSON E. P, A Formação da Classe Operária Inglesa —, Rio de Janeiro: Paz e Terra, II vols, 1987. p.260.

políticas públicas voltadas para as mudanças sociais a partir da relação sociedade civil-Estado. (...) A terceira via, é a da construção e fortalecimento dos movimentos sociais (...) que conquistariam as mudanças pleiteadas. É o caminho da “democracia participativa”<sup>44</sup>

Se tratando dos movimentos sociais construídos em torno das demandas do Nordeste e sua potencialização, estão mais próximos da terceira via citada por Oliveira, uma vez que, mesmo desempenhando um pouco do que as outras duas vias estabelecem, se fizeram pela mobilização constante da participação social e da busca pela democracia.

A partir da formação/intensificação de organizações sociais preocupadas com a convivência com o semiárido, a união dos pequenos começa a ser encarada como uma possibilidade de mudanças, transformação e melhoria da qualidade de vida da população local. O potencial econômico da região semiárida está na agricultura familiar que demanda de investimentos, especialmente na área da infraestrutura hídrica. Para Santos,

Tanto no campo quanto na cidade os movimentos sociais têm reivindicado ações capazes de promover o acesso das classes subordinadas a investimentos principalmente na área de habitação e aquisição da terra, estimulando também o empreendimento de atividades alternativas<sup>45</sup>

Em se tratando do Nordeste, estes movimentos potencializaram as reivindicações em torno da agricultura familiar e da água, uma das maiores demandas da região. Porém, tratando do Nordeste, Teixeira considera que,

“devido à impermeável estrutura do poder local no interior, há certa fragilidade na atuação dos movimentos sociais que são constantemente reprimidos pelos poderes tradicionais, continuam estes atuando dentre outros setores no desenvolvimento rural”<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> OLIVEIRA, Ildes Ferreira de, Artigo: Movimentos Sociais Rurais: Uma rápida retrospectiva, Feira de Santana, 2003, p1.

<sup>45</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org) Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez. 2002.p.50.

<sup>46</sup> TEXEIRA, Elenaldo. O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.p.171.

Os movimentos sociais nordestinos partiram da valorização das culturas e dos conhecimentos locais, estimularam a participação de diferentes grupos históricos que compunham os vários territórios da região, fugindo das tradicionais representações do Nordeste, e dando a ela a conotação de possível de desenvolver, dialogando assim no que acredita AB'SÁBER quando afirma que:

Os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura de longa maturação, cada grupo do polígono das secas tem sua própria especialidade no pedaço em que trilha<sup>47</sup>.

O projeto posto em prática pelos movimentos sociais rurais prezava primeiramente o conhecimento e valorização interna/ externa da região e a construção participativa de caminhos abertos por seus sujeitos históricos para serem trilhados por eles, uma vez que partindo do diagnóstico das realidades sociais ali vividas, ficaria mais fácil aproximar das verdadeiras demandas e atacar o problema de maneira real. Desta forma, a década de 1990 viu além de expandir as ações dos movimentos sociais em relação à convivência, intensificar também a participação popular e a visualização de uma nova leitura em torno do semiárido, do clima, do sertão, do nordestino e especialmente, traçando aos poucos o desafio de “reeducar” as tradicionais mentalidades para a possibilidade de convivência com a realidade climática semiárida em todo o Nordeste, em toda a Bahia e nos vários sertões baianos, como sujeitos históricos potentes diante da realidade. PATEMAN<sup>48</sup>, vem afirmar que “Quanto mais o cidadão participa, mais ele se torna capacitado para fazê-lo. Os resultados humanos obtidos no processo de participação fornecem uma importante justificativa para um sistema produtivo”.

Inicialmente, a principal pauta de reivindicação dos movimentos sociais rurais nordestinos foi a água. Sensibilizados pela vivência na situação de escassez, má distribuição/utilização da água e dos impactos ambientais, uma vez que a

---

<sup>47</sup> AB'SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagistas, São Paulo: Ateliê Ed. 2003.p.95

<sup>48</sup> 34 PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Declaração Universal dos Direitos da Água<sup>49</sup>, define a água como seiva e patrimônio do planeta, de responsabilidade de cada povo, o direito a ela é fundamental do ser humano e de sua gestão depende o equilíbrio, do planejamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a terra. Teixeira reconhece a capacidade que tem o poder civil para,

Tematizar problemas e exercer seu papel crítico e propositivo em relação às diversas esferas e a ela mesma apesar das restrições e barreiras que lhe impõem os sistemas (político e econômico) e as limitações da cultura política vigente na sociedade como um todo<sup>50</sup>.

Diante das várias pautas de reivindicação é possível analisar que o propósito destes movimentos sociais rurais é educar o nordestino, o sertanejo, os agricultores familiares para o enfrentamento da realidade climática regional e também, pressionar os órgãos públicos para a tomada de posição, de ações que passam favorecer, estruturar e apoiar por meio de políticas públicas a convivência digna no semiárido.

Mesmo perfeitamente adaptados à convivência com a rusticidade permanente do clima, os trabalhadores das caatingas não podem conviver com a miséria, o desemprego aviltante, a ronda da fome e o drama familiar criado pelas secas prolongadas. Neste sentido, é pura falácia perorar, de longe, que é necessário “ensinar o nordestino a conviver com a seca<sup>51</sup>”.

A documentação analisada discute sempre a necessidade de buscar parcerias junto ao estado, que, se tratando dos apoios financeiros para estas organizações sociais sem fins lucrativos, vinham na maioria, de entidades religiosas do Brasil e Organizações não Governamentais estrangeiras, havia um distanciamento entre estas e o estado brasileiro, que se mantinha “afastado”.

---

<sup>49</sup> Água para regar a vida, Semana da Água, março de 2002. Declaração Universal dos Direitos da Água, incisos 1, 2, 9, 10.

<sup>50</sup> TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Local e o Global: Limites e Desafios da Participação Cidadã. São Paulo: Cortez, Recife, Equipe; Salvador: UFBA, 2001.

<sup>51</sup> AB’SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagistas, São Paulo: Ateliê Ed. 1985.p.95.

## 2.2 AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES E REIVINDICAÇÕES DAS ENTIDADES SOCIAIS PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO.

Historicamente, várias personagens proclamaram a convivência com o semiárido, mesmo em tempos desprovidos dessas preocupações. Um dos primeiros foi Pe. Cícero<sup>52</sup> em seus preceitos prega a preservação ambiental, orientações de plantio e de armazenamento de água, o incentivo a exploração racional dos recursos naturais ou o fim do sertão pela desertificação; Irmã Rita Rodrigues Pessoa, fala de suas experiências com a hidropônia<sup>53</sup> promove a reflexão indagando que: No Nordeste falta água? Não, falta justiça! “Eu, Irmã Rita, respondo aos apelos de Deus, colocando a serviço da vida, no Sertão nordestino, o Don que Deus me deu: descobrir água no subsolo”. Para Silva,

A valorização da captação e armazenamento adequado da água de chuva é apenas o início de uma mudança cultural que se pretende construir na região. Ao lado das cisternas para abastecimento familiar, a Articulação do Semi-Árido vem disseminando práticas e tecnologias apropriadas de manejo de recursos hídricos e de agroecologia que fortaleça a agricultura familiar<sup>54</sup>.

Uma das principais organizações sociais nordestina situada em Juazeiro na Bahia é o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) que nasce e passa a desenvolver na década de 1990 inúmeras ações com a pretensão de promover a convivência harmoniosa e sustentável com o semiárido. Estes movimentos se posicionam de suma importância diante da necessidade de serem abertas novas possibilidades de discussão e convivência.

Acreditamos que o aumento da organização autônoma de cidadãos e cidadãs em associações, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, assim como o aumento da participação política das pessoas permite que aos poucos elas, possam tomar o destino de suas vidas nas próprias mãos, eliminando progressivamente as arraigadas estruturas de desigualdade presentes em nossa

<sup>52</sup> Carta Aberta: Preceitos de Padre Cícero.

<sup>53</sup> Carta Aberta: A hidroponia consiste em uma técnica que exige a sensibilidade humana para descoberta de veias de águas subterrânea. Ir. Rita.

<sup>54</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves da, ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. \*Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. p.376-377.

sociedade, que gera e reproduz uma classe de sub-cidadãos/as, que ocupam certos lugares políticos invisíveis<sup>55</sup>.

Entre as inúmeras mobilizações sociais de entidades e organizações civis organizadas, algumas atingiram um alto grau de articulação e êxito nos resultados, com apoio de organizações do território e de outras a nível nacional e internacional. Como uma teia, as entidades começaram a articular entre si, promovendo o intercâmbio e trocas de experiências aplicadas em cada localidade, havendo a divulgação das técnicas de convivência, porém, a ações aplicadas nesta década, serviram mais, no campo da mobilização, da educação, da disseminação do conhecimento, da visão de novas possibilidades. Se avaliado a proporção da aplicação efetiva de técnicas entre a população, é possível afirmar que estas, na década de 1990, ainda eram irrisórias, servindo principalmente, como apontamentos de um novo modelo de convivência que começa a ganhar força de debate entre os movimentos sociais.

Também se multiplicaram centenas de organizações não governamentais (ONGs) que formaram a Articulação do Semi-Árido (ASA), com propostas inovadoras no campo das tecnologias sociais e na criação de uma nova cultura de convivência com o ambiente local. Essas iniciativas, que muitas vezes foram pontuais, tornaram-se cada vez mais orgânicas, com propostas políticas que confrontam o modelo das velhas oligarquias, baseadas na indústria da seca, ou das novas oligarquias, baseadas no agronegócio e no hidronegócio. Começou a surgir um novo olhar sobre o sertão, com novas práticas, afirmando-se a ideia de que o Semi-Árido é viável, tem beleza e potencialidades, desde que sejam respeitadas as suas características, particularmente o bioma caatinga<sup>56</sup>.

Em torno deste projeto de educação para o semiárido, algumas mobilizações ganharam força e representatividade diante da população local cada vez mais participativa e ativa para com as discussões que envolvessem o Nordeste.

---

<sup>55</sup> GANANÇA, Alexandre Cicanello, Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado, 10.07.2006.p.17.

<sup>56</sup> MALVEZZI, Roberto. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, ed.I, 2007.p.61.

Além disso, a participação é um processo educativo. Expressa desejos e necessidades, de construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes comuns que transformam todos/as aqueles/as que integram processos participativos<sup>57</sup>.

Diante da problemática da falta/ insuficiência da água o Simpósio de Captação de Água da Chuva<sup>58</sup> debate a carência da população nordestina e dos políticos em conhecer sobre o potencial da água da chuva e recursos naturais da região e para a necessidade de serem formulados programas de captação, uma vez que as famílias não dispunham de condições financeiras para construção de cisternas.

O segredo da convivência esta em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. E preciso interferir no ambiente, e claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes. O segredo da convivência com o Semi-Árido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva. O principal bem a ser estocado e a própria água<sup>59</sup>.

A Semana da Água<sup>60</sup> amplia a discussão e além da pauta água – que aponta basicamente a construção de cisternas – aborda o tema semiárido no currículo escolar, pesquisa e divulgação de experiências alternativas de convivência e reivindica a participação popular nas diversas discussões e ações. Para Malvezzi<sup>61</sup>, “é necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semi-Árido que esta no imaginário nacional – e se reproduz na população local – e construir um outro conceito”.

---

<sup>57</sup> GANANÇA, Alexandre Cicanello, Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, Brasília, 2006. p.19.

<sup>58</sup> O 1º Simpósio sobre Captação da Água de Chuva no Semiárido Brasileiro aconteceu em Petrolina – PE (17 a 20/11/1997) e foi articulado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA do semiárido, IRPAA e Associação Internacional para a Promoção de Sistemas de Captação de água da Chuva – IRCISA. A base para a viabilização do semiárido brasileiro. Duzentas pessoas, pesquisadores, lavradores, órgãos públicos e ONGs, visa um trabalho mais organizado em todo o Nordeste.

<sup>59</sup> MALVEZZI, Roberto. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, ed.I 2007.p.12.

<sup>60</sup> OBERHOFER, Maria, Relatório da semana da água. Divulgou o dia mundial da água, mobilizou entidades/pessoas. Aconteceu de 15 a 22.03.1999, realizada anualmente.

<sup>61</sup> MALVEZZI, Roberto. Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, ed.I 2007.p.21.

Constatamos que o Nordeste é uma região rica, com água, beleza natural, poesia, povo sábio, forte, de fé e com grande potencial econômico, mas a VIDA na região encontra dificuldades por causa da complexidade dos problemas gerados, principalmente, pela não compreensão do ambiente e pelas estruturas políticas que levam a exploração e dominação da população<sup>62</sup>.

O Mutirão de Entidades<sup>63</sup> dentro da perspectiva da democracia e da participação social, junto a agricultores familiares, além de estudar características e potencialidades da região Nordeste, foca a educação para a convivência. A água continua a ser o centro do debate, com problemas desde o falta do armazenamento, ausência dos governantes, incapacidade financeira das famílias para construção de reservatórios, vulnerabilidade das famílias aos carros-pipas e a qualidade, sendo a água um bem concentrado nas mãos de poucos, o que inviabiliza o potencial da agricultura e pecuária da região.

Nesse sentido, as preocupações dos sertanejos organizados começaram a atingir novos temas, perpassando a questão da água, discutem produção, meio ambiente, educação, saúde, organização dos trabalhadores e trabalhadoras, mutirões, entraves da política de crédito rural, autocusto da produção, baixa qualidade no beneficiamento e dificuldades de comercialização, exploração inadequada dos recursos naturais, efeitos do clima e a necessidade de pesquisas. Unidas em busca da melhoria da vida da população, respeitando as diferentes metodologias e diversidades sociais e culturais de cada região e reforçando as lutas em comum, se autodescreve “Uma intervenção para desenvolver o Nordeste, a partir do povo e suas organizações”.

A *Declaração do semiárido*<sup>64</sup>, elaborado por entidades sociais do Nordeste *grita*: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMIÁRIDO.

---

<sup>62</sup> Carta Aberta Por Um Nordeste Viável documento elaborado pelas entidades que compõem o mutirão do Nordeste. Juazeiro, 1999.

<sup>63</sup> Carta Aberta Por Um Nordeste Viável documento elaborado pelas entidades que compõem o mutirão do Nordeste: ACESA, APAEB, ARCAS, CÁRITAS-PI, CPT-BONFIM E JUAZEIRO, DIOCESE DE RUI BARBOSA-AG, ED, POPULAR-OEIRAS, IRPAA, MANDACARU, RA-ANGICAL, UEAFA. O mutirão é uma prática muito comum no nordeste, na produção rural com maior incidência. Juazeiro, 1999. Todas as siglas se encontram na lista de abreviaturas.

<sup>64</sup> Uma proposta da articulação no semiárido para a convivência com semiárido e o combate à desertificação. Elaborada no dia 26 de novembro de 1999 em Recife. A articulação no semiárido é formada por 60 entidades de todo o Brasil, e principalmente do nordeste.

É disso que nós, da Articulação no Semi-árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar desta parte do Brasil de cerca de 900 mil Km<sup>2</sup>, imensa, porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmaras começam a mostrar as eternas imagens do chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas, são também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima<sup>65</sup>.

Os nordestinos por meio de suas representações não mais admitem o atendimento emergencial, reivindicam uma política específica a realidade semiárida, visando o desenvolvimento econômico e humano, ambiental, cultural, científica e tecnológico. Se utilizam de experiências desenvolvidas por entidades sociais em todo Nordeste que, mostram a viabilidade do semiárido, estão convencidos que a água é um elemento indispensável, mas não determinante, constroem proposta para a conservação, uso sustentável e recomposição dos recursos naturais e para a quebra do monopólio de acesso a terra, a água e outros meio de produção, uma vez que fica mais caro gastar com assistencialismo do que desenvolver políticas preventivas.

Vale lembrar que os gastos federais com ações de “combate aos feitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até 1999. A maior parte destes gastos se refere ao pagamento de frentes produtivas e a distribuição de cestas (...) ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos<sup>66</sup>

A nova pauta de discussão do tema da convivência com o semiárido, com toda diversidade que isto representa, engloba desde o fortalecimento da agricultura familiar, segurança alimentar, uso de tecnologias e metodologias adaptáveis, universalização do abastecimento de água, articulação da produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, acesso ao crédito e à comercialização; orientação e descentralização de políticas de investimentos, priorizando a infraestrutura social e econômica, as unidades de beneficiamento de produção e a regularização de investimentos públicos e privados.

---

<sup>65</sup> Declaração do Semi-árido, Recife, 1999. p.1.

<sup>66</sup> Declaração do Semi-árido, Recife, 1999. p.7.

O semiárido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e indústria da seca, se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nosso filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”<sup>67</sup>.

Analisadas as parcerias que estas organizações sociais mantinham na década de 1990, é possível perceber que os financiamentos de projetos contavam com o apoio de organizações estrangeiras e outras Organizações Não Governamentais como também da Igreja Católica, em detrimento do estado brasileiro que “assistia” de certo modo a estas iniciativas meio que passivamente. Neste sentido, os movimentos sociais tinham também a tarefa de envolver o estado efetivamente nesta caminhada, cabia também a suas articulações – seja através da pressão popular, das manifestações ou por meio dos diálogos –, o desafio de convencer lideranças políticas de bases “oligárquicas” a estarem sensíveis para as demandas sociais do povo nordestino, construir neles, numa visão política de transição do assistencialismo para a criação de políticas públicas permanentes, provedoras de um desenvolvimento local.

Os movimentos sociais, além de discutir e articular diferentes entidades, procuram chegar principalmente, aos nordestinos, sertanejos, demanda que foi atingida através de eventos de formação e capacitação com pautas de políticas de incentivo. Foram aplicadas por estas entidades sociais várias experiências compatíveis com a realidade, quase sempre, com a contrapartida da família.

O Nordeste foi palco de uma “empreitada” teórica no sentido educativo e das discussões, tendo ele mesmo como tema e prática, pois recebeu das inúmeras entidade sociais ações isoladas mais com grande sentido de reaplicabilidade, um chamado a população, aos governantes, a outras entidades para ver aquelas potencialidades e investir mais. Diante destas feitorias poderiam as ações práticas dos movimentos sociais serem entendidas como medidas assistencialista, uma vez que, tinha caráter pontual? Há algo que distancia a ação dos movimentos sociais deste conceito: O interesse no educar, na construção de ações capazes de servir de experiência para que tanto o povo quanto os representantes do estado fossem

---

<sup>67</sup> Declaração do Semi-árido, Recife, 1999. p.7.

convencidos das várias alternativas capazes de impulsionar a produção e a melhoria da qualidade de vida do povo nordestino. Outra questão é que as medidas aplicadas tinham caráter preventivo, de educação para a convivência e não de socorro imediato no período das estiagens. Nessa discussão, Silva aponta que:

A perspectiva da *convivência* requer e implica um processo cultural, de educação, de uma nova aprendizagem sobre o meio ambiente, dos seus limites e potencialidades. Requer a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Ou seja, a convivência envolve a percepção da complexidade e requer uma abordagem sistêmica do semi-árido brasileiro, possibilitando a compreensão das dimensões geofísica, social, econômica, política e cultural<sup>68</sup>.

Todo o processo de articulação do Nordeste feita pelas entidades civis resultou também, na elevação da estima do povo nordestino, naqueles que tinham nesta época, a oportunidade de debater, de participar, de entender as diversas potencialidades regionais e de perceber sua realidade como algo possível. Sendo assim, os movimentos sociais apostaram também na valorização das culturas locais, impulsionando a capacidade de produção das famílias agricultoras e o despertar para a utilização de potenciais produtivos de acordo com a realidade de cada família e propriedade rural. Para mudar a conjuntura da política emergencial, a reivindicação se voltou para<sup>69</sup>, LDOs e LOAs por recursos hídricos com intervenção permanente e não apenas por meio de apoios pontuais, como também, intensificar as relações com os poderes públicos.

Nesse contexto, surge o Programa Um (1) Milhão de Cisternas, um programa que fortaleceu a parceria entre Entidades Sociais e Governos. As experiências de movimentos, organizações sociais no Nordeste, seguiram com grande efeito de reaplicabilidade, as entidades atuavam de forma pontual por município/região, porém, muitas outras regiões ficaram descobertas destas contribuições.

Em novembro de 1999, por ocasião da organização da COP-3 em Recife, Pernambuco, um grupo de entidades de diferentes segmentos da sociedade civil do Nordeste buscou consolidar uma

---

<sup>68</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves da, ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. \*Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003. p.378.

<sup>69</sup> Lei de Diretrizes Orçamentárias e - LDOS e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAs.

articulação para refletir e propor políticas públicas de convivência com a região semiárida e combate a desertificação, Articulação do Semi-árido Brasileiro<sup>70</sup>.

Vale ressaltar que as entidades em diagnóstico, identificam também haver entre agricultores e agricultoras familiares a resistência aos novos ensinamentos, fator este, que emperra maiores eficácias das ações e a aceleração da construção de uma nova configuração de Nordeste. Mesmo assim, a formação de uma nova consciência em relação ao clima, ao semiárido, invadiu muitas pessoas. Percebe-se também o surgimento de novas composições<sup>71</sup>: *“O sertão seco, pela chuva suspirar/ Já não dá mais pra agüentar,/ É tanta lamentação! É bom que exista um povo, organizado/ Caminhando, lado-a-lado/Mudando a situação”*. Geová Rodrigues. Uma canção muito utilizada pelos movimentos de luta social, sua composição representa um novo olhar sobre a convivência com o semiárido, seu próprio tema, aponta uma alternativa de convivência simples e eficiente no armazenamento da água, a referida estrofe da música traz algo de novo, relata a situação anterior, a mentalidade de comodidade e aceitação, porém, acrescenta um elemento que ilumina uma possibilidade de organização, de mudança, de enfrentamento e transforma o antigo “sujeito passivo”, “acomodado” em sujeitos ativos, participativos, capazes de interferir não no índice pluviométrico da chuva, mas na educação e na organização para um novo entendimento de Nordeste, de semiárido e de convivência, tentando incrementar práticas e aderir um novo comportamento diante da realidade climática.

---

<sup>70</sup> Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Movimento dos Sem Terra – MST... Criada em 1973, a CESE prioriza ações de apoio ao semiárido brasileiro, na busca de alternativas para a convivência. Entre 1998 a 1999 cerca de 40 projetos foram apoiados, beneficiando mais de 13 mil pessoas: Construção de cisternas, aguadas, pequenas barragens, canalização de água, perfuração de poços/cacimbas, recuperação e preservação de nascentes e olhos d’água, bancos de sementes e de proteínas, irrigação, criação de pequenos animais, capacitação e ajuda alimentar. A CESE e a Seca no Semiárido Brasileiro, Lagoa Seca – Paraíba, 27 a 29 de setembro de 1999.

<sup>71</sup> A canção cisterna é de composição de do cantor e compositor nordestino Geová Rodrigues.

### 3. PECULIARIDADES LOCAL PARA O ENFRENTAMENTO DA ESTIAGEM: TRAJETÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES.

Para Thompson, no período de 1790-1830, o maior grupo de trabalhadores de todos os setores era o agrícola, fazendo surgir demandas de trabalhos sazonais e diferentes relações de trabalho entre patrão e servidor. Foi na Inglaterra que trabalhadores em uma classe operária construíram uma *identidade própria e uma consciência de classe*, sob a influência das experiências vividas durante a Revolução Industrial, resultado da experiência e da ação coletiva dos grupos de trabalhadores e da oposição às classes superiores.

(...) o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. Isso é revelado, em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe: a consequência de uma identidade de interesses entre todos estes diversos grupos de trabalhadores, contra os interesses de outras classes. E em segundo lugar, no crescimento das formas correspondente de organização política e industrial<sup>72</sup>.

A classe operária se concretiza a partir de uma consciência de classe, ou seja, a partir do momento em que determinados grupos sociais, percebem realidades e dificuldades semelhantes e unem-se em torno dos mesmos interesses. Uma das primeiras experiências de classe de Quixabeira se concretiza em 22 de julho de 1987, em forma de organização associativista, na zona rural da Fazenda Gameleira, próximo ao povoado de Jaboticaba - Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ). A luta de classe destes trabalhadores acontece por razões relacionadas à pobreza, a escassez de alimentos e a ausência de apoio político às famílias, que demonstram<sup>73</sup> claramente uma entonação de lamentação, admitem não terem as mínimas condições de vida, além disso, sofrerem grande discriminação, segundo eles, por serem homem do campo. Agricultores e agricultoras familiares organizados coletivamente e com interesses comuns, com apoio da Paróquia de Capim Grosso e da Diocese de Senhor do Bonfim começam a participar de mobilizações sociais.

<sup>72</sup> THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p.17

<sup>73</sup> O Documento analisado foi um diagnóstico participativo feito através do SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde do Estado da Bahia, com representantes de comunidades rurais da região (Maracujá, Alto do Capim, Salaminho, Roçadinho, Léguas, Jaboticaba, Quixabeira, Boa Vista, Canequinho, Bonita, Baixa Nova, Amarante e Campo Verde) de Serrolândia.



**Fotografia 2: Partilha do almoço do Grupo Comunitário de Jaboticaba.**  
**Fonte: Arquivo particular da APPJ.**

Para Ganança<sup>74</sup> o associativismo no Brasil é uma ação coletiva civil e institucionalizada que corrobora para a participação social e suas respectivas conquistas.

A ação coletiva institucionalizada associativa no país contribui para o avanço de uma democracia participativa e para a conquista e efetivação de direitos civis, políticos e sociais, por meio da expressão autônoma de diversos grupos sociais na esfera pública, tanto por meio de associações de defesa e promoção de direitos, como de associação de perfil comunitário e aquelas voltadas para a organização do trabalho e o desenvolvimento de atividades produtivas.

É na busca de direitos civis e de organizar atividades produtivas que o associativismo de Jaboticaba acontece, ligado à Igreja Católica, dessa forma, a Bíblia aparece como instrumento norteador de um povo. Segundo José Modesto de Souza<sup>75</sup>, “(...) Os primeiros passos (...) A gente pegava a Bíblia em três famílias e

<sup>74</sup> GANANÇA, Alexandre Cicanello, Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado, 10.07.2006. p.115 e p.41.

<sup>75</sup> Membro do grupo de oração e sócio fundador da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba, este líder comunitário presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira e também representou o Legislativo do município por dois mandatos. Entrevistado em 28.08.2011.

saía na casa das demais famílias na nossa região. Isso foi em 83 e aí a gente foi com isso até chegar o ponto da associação”. Para Ganança,

No Brasil, analisando apenas a influência da Igreja Católica na organização da sociedade civil, temos, além de inúmeras entidades religiosas *Stricto Sensu*, a criação de inúmeras associações ligadas a igreja com objetivos sociais diversos.



**Fotografia 3: Visita de padre ao Grupo Comunitário de Jaboticaba.**  
**Fonte: Arquivo particular da APPJ.**

Com efeito, houve o despertar de lideranças comunitárias<sup>76</sup>: José Modesto de Souza, Paulo Ilário Argemiro dos Santos, Carlos Rodrigues dos Santos e Maria José Oliveira de Santana, agricultores familiares, com pouco nível de escolaridade, mas que adquiriam experiências, que a partir da participação, internalizaram lutas sociais para seu meio, até concretizar um modelo de organização, na busca de saídas, de alternativas para a pobreza. Para Lordelo,

Toda esta atuação da Igreja, voltada para a valorização do homem, produziu lideranças maduras e conscientes de direitos, que aprenderam e aprendem a lutar com seus companheiros por uma vida mais digna<sup>77</sup>.

<sup>76</sup> A atuação destas lideranças foram analisadas por meio de entrevistas orais cedidas por José Modesto de Souza, Carlos Rodrigues dos Santos e Juscélia Dutra da Silva como também por meio de Livros de Registros (Atas) arquivados no escritório da instituição, que relatam a vida da entidade, seus membros, decisões desde sua fundação.

<sup>77</sup> LORDELO, José Albertino Carvalho, Artigo: Escola Dentro-E-Fora: Gestão Comunitária de uma Escola Família agrícola no Sertão da Bahia, UFBA, 2002.p.2.

Inspirados em Passagens Bíblicas<sup>78</sup> o grupo teve como primeira experiência coletiva, a produção/partilha do alimento, desde então, aquelas famílias começaram a por em prática um modelo participativo com decisões e atividades coletivas. Para Juscélia Dutra da Silva<sup>79</sup>. – Sócia fundadora da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) os motivos que levaram os pequenos agricultores e agricultoras a organizarem-se foram “motivos políticos, sociais, econômicos, toda dificuldades e a termos de fundar uma associação, a gente pensava para buscar projetos para a melhoria da população”.

Desde que iniciou o grupo de oração, os líderes começaram a sair do “isolamento” social que viviam e passaram a participar das diversas mobilizações sociais. Este conhecimento, o debate, em torno das necessidades sociais no Brasil, ampliou a visão destas lideranças que até então, estavam centradas na religião, na produção e partilha do alimento. Desde muito cedo, o grupo seguiu a tendência do esquerdismo no Brasil<sup>80</sup>, fortemente influenciado pelo Partido dos Trabalhadores – PT, um ponto crucial para que, assim como no contexto nacional, este grupo passasse a receber o título de “comunista”, com semântica pejorativa na época, muito utilizado pelos políticos de direita para aterrorizar, meter medo e assim, promover a perpetuação e manutenção dos seus poderes.

Para o contexto da época, a entidade demonstrava um elevado grau de desenvolvimento, funcionou uma creche<sup>81</sup> chegou a atender 60 crianças, filhos dos pequenos produtores rurais da região da fazenda Gameleira. Mostrou-se ativa desde sua fundação, participou do processo de desapropriação das terras dos pequenos produtores para a construção da Barragem São José do Jacuípe pelo Governador da Bahia, João Durval Carneiro<sup>82</sup>, juntamente com Comissão Pastoral da Terra e

---

<sup>78</sup> Por que acumular, se podemos partilhar? (Ex 16,1-36) “Os cristãos tinham tudo em comum, dividiam seus bens com alegria”. (Atos dos Apóstolos 1,1-11): A Tarefa Apostólica. “Recebendo o mesmo Espírito que guiou toda a missão de Jesus, os apóstolos estarão preparados para testemunhar Jesus, continuando o que ele começou a fazer e ensinar”.

<sup>79</sup> Moradora da Comunidade de Jaboticaba, Quixabeira – Bahia, entrevistada em 28.08.2011.

<sup>80</sup> As informações analisadas encontram-se no Projeto elaborado pela organização, estes, construíram uma síntese de sua caminhada como forma de identificação e de história de luta.

<sup>81</sup> Oficializada a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ desenvolveu em parceria com a Fundação Legião Brasileira de Assistência – LDB uma Creche, conveniada em 29.12.1989 conforme Relatório de Prestação de Contas, Projeto e Carta de solicitação de recurso, fontes para estas informações.

<sup>82</sup> Construída em 1985.

Sindicatos livres, e conseguiram indenização para 433 famílias que “perderam” suas terras. A entidade se envolveu também junto a outras organizações locais na composição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Quixabeira, este teria como objetivo à posse da terra e utilização das margens e águas da Barragem São José do Jacuípe para plantios. Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, tinha como ideologia o apoio para a organização e fixação do trabalhador rural na terra, neste fim, desenvolveu vários projetos comunitários<sup>83</sup> como “Cabra de Corda”; Programa de Pesca Artesanal; Horta Comunitária, Banco de Sementes e treinamentos de capacitação de mão de obra, Construção de Cisternas, entre outros. As famílias organizadas em associação conseguiram desenvolver previamente uma postura de organização e receberam benefícios como retorno disso.

Nós, (...) fazemos um trabalho de conscientização com os companheiros, para juntos resolvermos os problemas que atingem os pequenos agricultores, como a seca que nos vem atrapalhando a anos, e outras dificuldades, como desapropriação da terra etc.<sup>84</sup>.

É possível perceber que a classe que estamos tratando, são de pequenos produtores familiares de Quixabeira e que o interesse em comum deste grupo, estava em torno das consequências das secas, como também, a luta pela terra. Para Thompson<sup>85</sup>, a luta de classe começou na Inglaterra, fruto das péssimas situações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores rurais e suas famílias, que passaram a desenvolver a ideologia de luta pelo direito a terra. Em Quixabeira foi a pobreza e a má qualidade de vida que desencadeou nesta consciência associativista, de uma luta igual na busca de melhores condições de vida.

---

<sup>83</sup> Em 1992, através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), gerência de Jacobina beneficiou 58 famílias com uma matriz caprina leiteira com direito a repasse para outras famílias de outras comunidades; Distribuiu canoas e linhas para a prática da pesca na Barragem São José do Jacuípe. A APPJ em 1995 através da Companhia de Ação Regional (CAR) beneficiou 52 sócios com a de bica – reservatório de água que capta a água do telhado durante a chuva –; 42 foram beneficiadas com o projeto sementes de feijão de inverno via Caritas Brasileira com direito a devolução de parte da produção.

<sup>84</sup> Projeto de Apoio à Luta Sindical, elaborado pela Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ, em 1989.

<sup>85</sup> THOMPSON, E. P, A Formação da Classe Operária Inglesa —, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.III, p.21

A relação de exploração foi intensificada e a emigração foi tida como mais fácil que resistir: esgotamento, esgotamento e emigrações principalmente dos jovens e punições para furtos e motins inibiram os protestos<sup>86</sup>.

Como na classe operária inglesa o trabalhador rural recebia um tratamento diferenciado de acordo a categorias, porém todas vitimadas de um sistema opressor que os subjugavam inferior. A posse da terra determinava o modelo de vida: de um lado proprietários ostentando riqueza, do outro, trabalhadores sem capacidade de produzir ou ter o que comer.

O associativismo que se formou em Quixabeira, buscava através da união de um projeto coletivo que abastecesse as famílias com o alimento, e desse as estas a possibilidade de renda e melhores condições de vida, tornou-se um modelo para toda a região, implantou entre seus membros um modelo democrático e participativo. Corroborando com a interpretação de Tocquville<sup>87</sup> que define o associativismo como fundamental para a existência e manutenção da democracia, Ganança<sup>88</sup> conclui que:

(...) as associações seriam estruturas que evitariam a atomização da vida social, agregando interesses e educando individuo para o convívio social. Nas associações, o individuo de uma mesma classe ou seguimento social aprenderiam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns. Não haveria grandes conflitos de interesse no interior de cada associação, tendo em vista que sua base associativa seria mais ou menos homogênea quanto a origem social, étnica e religiosa de seus membros.

Por meio dos vários apoios e após desenvolver vários projetos na tentativa de impulsionar o melhoramento econômico e social dos envolvidos, uma ação maior foi concretizada, a Escola Família Agrícola de Jaboticaba (EFA)<sup>89</sup>, no contexto do

---

<sup>86</sup> THOMPSON, E. P, A Formação da Classe Operária Inglesa —, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.III, p.21

<sup>87</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na America. 4.Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.p.394.

<sup>88</sup> GANANÇA, Alexandre Cicanello, Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado, 10.07.2006. p115.

<sup>89</sup> Fundada em 08.12.1993, pelo Pe. Xavier Nicheli S.j – Italiano Vigário da Paróquia de Capim Grosso, fundou a EFA e articulou diversas iniciativas populares na região: Associações, Pastorais, entre elas, a Associação de Pequenos Produtores Jaboticaba - APPJ.

sertão de Quixabeira, a primeira iniciativa de extensão, veio desafiar a “seca” e demonstrar através de várias tecnologias práticas a possibilidades de convivência, educando os “filhos do campo” e trabalhando no aluno a autoestima em relação ao seu meio, dando a eles o conhecimento para conviver com dignidade. Desta forma, Ab´Saber<sup>90</sup> conclui que se tratando do Nordeste,

“enfim, encontrar parceiros humanos e idealistas para defender medidas que estejam êxodos desnecessários, que dignifiquem a cidadania de homens integrados em uma das mais vigorosas culturas populares conhecidas no mundo”.

Com a EFA, a ação pontual direcionada aos sócios da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) é ampliada, objetivando assim, trazer as mudanças do ideário, apostar no conhecimento para então colaborar para o desenvolvimento social da região.

---

<sup>90</sup> AB´SÁBER, Aziz Nacib. Os domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagistas, São Paulo: Ateliê Ed. 2003.p.100.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM QUIXABEIRA.

O semi-árido é uma região bonita e rica em recursos naturais, inclusive água. As pessoas têm muita esperança e força de vontade, o que falta é um maior conhecimento desse potencial. Precisamos conhecer o Semi-árido e aprender a conviver com ele, aproveitando seu potencial, superando as dificuldades e respeitando seus limites.  
<sup>91</sup>

Desta nova visão de semiárido, começa o trânsito entre nordeste “problema” e nordeste “possível” que ganha força na década de 1990. Organizações sociais acordam para a necessidade, não de criar sozinhos modelos de superação, mas, de articular o povo nordestino para uma mobilização e a reivindicação de atendimento para as demandas regionais, partindo de diagnósticos participativos, da discussão, e da criação de oportunidades e principalmente “buscando” no estado investimentos necessários para desenvolver potenciais da região.

A agricultura familiar representa nesta década, a principal atividade econômica<sup>92</sup> no município de Quixabeira, predomina a cultura da mandioca, sisal, feijão, milho e extração do ouricuri<sup>93</sup>. A seca, afeta diretamente as culturas, a mortalidade de rebanhos, o índice de produtividade são baixos e variáveis para a região, causando incerteza no agricultor e a falência destes, que desprovidos de recursos financeiros não conseguem custear a produção. A nível local/regional dois caminhos foram construídos na busca de uma nova abordagem, de uma nova educação, de um novo enfrentamento, de uma nova interpretação de seca, de Nordeste, de semiárido e de pequeno agricultor: Primeiro, a Escola Família Agrícola de Jaboticaba, objetivando trabalhar a valorização da realidade sociocultural, seu público, filhos de pequenos produtores rurais de toda a região, busca educar o filho do campo para nele desenvolver, criando formas de sobrevivência, uma visão crítica da realidade. A metodologia da escola abrange teoria e prática dentro do tripé: Escola, Família e Comunidade, como também, equilibra sem desmerecimento o econômico, social e ambiental. Os alunos jovens aprendizes, tem a missão de levar para cada

---

<sup>91</sup> SANTOS, José Moacir dos, Artigo: SECA É SECA, FALTA DE ÁGUA É POLÍTICA. Juazeiro, IRPAA, 2008.p.3.

<sup>92</sup> Fonte: SEPLANTEC/SEI.

<sup>93</sup> Planta Nativa predominante na região.

família/comunidade o contato com estas “novidades” para a convivência com o semiárido. Um dos seus primeiros projetos de extensão foi o Círculo de Cultura<sup>94</sup>, para alfabetização de jovens e adultos. A EFA pode ser considerada uma das mais eficientes ações de convivência com o semiárido, educar o jovem do campo, para entender seu contexto, suas possibilidades de produção formando-o como profissional do meio onde vive.

A EFA é, portanto, mais uma iniciativa das lideranças populares e das suas entidades e parte do movimento popular de construção de alternativas locais de desenvolvimento social e de afirmação dos direitos de cidadania.<sup>95</sup>

Da preocupação como a manutenção do vínculo dos ex-alunos com o campo e da falta de projeto para a reinserção do jovem e sua família à produção, nasce o programa de extensão da Escola Família Agrícola, intitulado Conviver - Projeto de Convivência do Homem com a Seca<sup>96</sup>.

Este projeto representa uma alternativa de apoio ao crescimento material dessa população excluída e para o desenvolvimento organizado de dezenas de pequenas comunidades rurais que vem resistindo e se mobilizando para encontrar caminhos que os levem a um futuro mais digno<sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> O Projeto Círculos de Cultura englobava Cursos de Alfabetização de adultos, em 15 comunidades dos municípios: São José do Jacuípe, Capim Grosso, Quixabeira e Jacobina. Conduziu a reflexão sobre os problemas comuns, treinou lideranças comunitárias, baseado na metodologia de Paulo Freire.

<sup>95</sup> LORDELO, José Albertino Carvalho. Artigo: Escola Dentro-E-Fora: Gestão Comunitária de uma Escola Família Agrícola no Sertão da Bahia, 2002.p.3.

<sup>96</sup> Em termos de nomenclatura, o Conviver passou por várias modificações: Projeto de Convivência do Homem com a Seca; Projeto de Convivência com a Seca; Projeto de Convivência com o Semiárido, após sua amplitude no sentido de parcerias e execução de projetos passou a ser registrado de Programa de Convivência com o semiárido. As entidades que participaram da elaboração do projeto Conviver foram: Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ, Escolas Família Agrícola de Jaboticaba - EFA, Associação de Famílias Carentes do Município de Quixabeira – AFACAMUQ, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira – STR, Associação de Pequenos Produtores de São Cristóvão, Associação Rel. e Comunitária de Capim Grosso – ARCOCG, Associação Comunitária Centro Assistencial de Capim Grosso – ACACACG, Associação Comunitária de Pequenos Produtores de Caraíba – ACPPC, Associação de Pai e Moradores de Itatiaia – APMI e Associação dos Professores da Bahia – APLB.

<sup>97</sup> A Proposta Técnica do Conviver composto do diagnóstico socioeconômico da região e das principais demandas para a construção de um novo modelo de convivência com a seca, entre eles, a formação do Conviver, em julho de 1997.

Inicialmente, o Conviver atua em 20 comunidades dos municípios de Capim Grosso, São José do Jacuípe, Quixabeira, Serrolândia e Jacobina, na busca da melhoria da qualidade da agricultura familiar por meio da introdução de novas práticas e procedimentos técnicos, alternativos e apropriados à região. O ponta-pé inicial para a elaboração do Conviver veio da possibilidade dada pelo Disop<sup>98</sup>, Pe. Xavier Nicheli<sup>99</sup> convida e elabora junto a organizações populares da região, o Conviver, para impulsionar a melhoria econômica e social das comunidades, dando aos ex-alunos a oportunidade de estarem inseridos em seu meio, convivendo e ajudando para o desenvolvimento local.



**Fotografia 4: Encontro da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Projeto de Convivência do do Homem com a Seca. Salão paroquial de Capim Grosso (1998).**  
**Fonte: Arquivo particular da APPJ-Conviver.**

As ações do Conviver se direcionaram para a convivência, apostando na educação para o armazenamento da água e do alimento para os animais, por meio de uma assistência técnica de fortalecimento das organizações sociais dos pequenos agricultores, como também de mulheres. Leva em conta a realidade socioeconômica e cultural do semiárido nordestino e traça metas adaptáveis para a convivência com o semiárido, levantando potencialidades de acordo com a capacidade da propriedade rural e a aptidão da família.

---

<sup>98</sup> Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social.

<sup>99</sup> Jesuíta Italiano que vive no Brasil como Vigário da Paróquia de Capim Grosso – Bahia. Desenvolveu junto às bases inúmeros projetos sociais voltados às pessoas carentes, tornando-se uma importante liderança social na região.

(...) Começou a ser implantado nos homens, nas pessoas né, ne nois todos, uma nova consciência, ua nova aprendizagem né, em que a chuva não dependia só de Deus mas que dependia de todos nós (...) então agente, o povo começou tomar uma nova consciência de uma nova iniciativa para trabalhar com o povo, principalmente as pessoas que viviam na área do campo, na zona rural do nordeste e que era os meio de preservar, os meio de manter o meio ambiente e principalmente e foi tomada, principalmente na parte das águas, e foi tomada a iniciativa de se pegar, fazer é reservatório de água na nossa região, que isso foi um dos primeiros passos e deu certo.

O Conviver inicia sua atuação com ações voltadas para a formação/capacitação dos agricultores e agricultoras familiares da região e com armazenamento da água, inicialmente, para o consumo humano, uma vez que esta era uma das maiores demandas regionais; para a necessidade de mobilizar o financiamento de pequenos projetos de produção adaptáveis, prevendo o melhoramento da qualidade de vida e a diminuição da vulnerabilidade nos períodos de estiagem. De modo geral não foi possível perceber dentre as análises a participação política das diferentes esferas: Municipal, Estadual e Federal ao projeto durante esta década, o próprio Lordelo vem afirmar que:

Essa extraordinária experiência ocorre sem nenhum apoio oficial de qualquer esfera do poder executivo. Todo esse capital humano e social poderia ser potencializado com a formação de parcerias com as prefeituras municipais, com o governo do estado e com a União. Razões para somar esforços não faltariam. Quixabeira apresenta o mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH entre todos os 415 municípios baianos. Seus indicadores econômicos e sociais segundo IPEA/PNUD revelam um quadro dramático<sup>100</sup>.

Para reintegrar o ex-aluno em processos produtivos/atividades agropecuárias e buscar a melhoria socioeconômica das comunidades e famílias, o projeto busca a implantação de infraestrutura hídrica, capacitação e assistência técnica; fortalecimento das organizações sociais e movimento de mulheres e acesso a infraestrutura econômica e de apoio a produção.

Este projeto destina-se aos pequenos agricultores, jovens, (especialmente, os ex-alunos da EFA) mulheres e grupos urbanos organizados e engajados nas lutas por trabalho, pelo direito a terra, à

---

<sup>100</sup> LORDELO, José Albertino Carvalho. Artigo Escola Dentro-E-Fora: Gestão Comunitária de uma Escola Família agrícola no Sertão da Bahia, 2002. p.2.

água, à saúde, à educação, à vida, ao meio ambiente saudável e a afirmação da cidadania e da dignidade humana<sup>101</sup>.

Dentre outras ações, a mais intensificada é a qualificação dos agricultores em um processo contínuo de treinamentos nas comunidades rurais com diversos temas e abordagens, cobertos pelo tema gerador convivência, prioritariamente, sobre a conservação de alimentos para os animais nos períodos de estiagem, teoria e prática de armazenamento de fenação e ensilagem, intercâmbios e experiências. Segundo dona Fidelcina Francisca da Cruz, quando as informações relacionadas às consequências ambientais, como a falta de chuva chegava às comunidades, havia um choque cultural muito grande, muitos agricultores não aceitavam nesta nova explicação de estiagem, preferiam acreditar na tradicional relação com o divino.



**Fotografia 5: Festa do Lavrador promovida por entidades da região, (1997).  
Fonte: Arquivo particular da APPJ-Conviver.**

Sua iniciativa prevê reeducar a região para a possibilidade de guardar alimentos e água. Neste intuito cria o Festival de Feno e Silo, elaborado como uma espécie de competição entre as comunidades, as vencedoras seriam premiadas, o que resultou na maior produtividade, especialmente na plantação de forragens e armazenamento de ração animal através de mutirão, a iniciativa é avaliada pelos agricultores familiares de forma positiva, trouxe animação e esperança para as comunidades rurais.

---

<sup>101</sup> A Proposta Técnica do Conviver, 1997.

(...) quando veio um pouco desta aprendizagem no meio rural (...) a gente não tinha as aguadas e a gente começou não é, a buscar projetos né, meio de convivência com estas estiagem, é, passar por cursos, aprendizagens e como nois podia preservar, criar e preservar e melhorar as nossas aguadas, além de nois receber a nossa águas e também saber preservar para ter uma convivência com a seca, né, passar esses período de estiagem com mais capacidade né, de tá convivendo né, com mais capacidade de viver, (...) houve uma aprendizagem em compostura a tudo isso, né, ai o homem passou a criar uma nova consciência né, que tinha que aprender viver e conviver com as estiagens e com a seca, né.<sup>102</sup>

O Conviver através de parcerias desenvolve na região, ações concretas com base na realidade das famílias/Comunidade, atua levando informação para que as famílias possam entender o seu contexto, levantar suas dificuldades e potencialidades e começar assim, participar e pressionar as várias instâncias na busca de seus interesses. Provoca em toda a região um novo contato, pois, mesmo nas comunidades onde não atua de forma direta, sua atuação repercutiu a as práticas e ensinamentos trazidos pelo Conviver, passam a ser corriqueiras entre os trabalhadores, mesmo havendo, grande resistência cultural para a introdução ou mudanças/aprimoramento de hábitos. Para Adonias Neves Gordo<sup>103</sup>. “Na década de 90, (...) houve um grande salto, porque as famílias começaram a perceber a importância de ter a grande estratégia para a convivência com o semiárido”.

(...) a década de 90 foi bastante promissora na questão do trabalho comunitário. Então o feno e o silo era feito em parceria do agricultor com agricultor e comunidade, (...) todo mundo participar do processo, além de também tá aprendendo, como a gente não tinha como ir para a casa de todo agricultor, cada roça, agente fazia em mutirão.

Outra ação direciona para à valorização das culturais locais, através de eventos o resgate de manifestações culturais, o que de certo modo elevou o autoestima daqueles que via suas raízes culturais serem “adormecidas”.

---

<sup>102</sup> Fidelcina Francisca da Cruz. Agricultora familiar e liderança da comunidade de Várzea Dantas – Quixabeira. Entrevistada em 17.10.2012.

<sup>103</sup> Adonias Neves Gordo ajudou a fundar e Escola Família Agrícola de Jabuticaba – EFA e colaborador para a elaboração do Programa de Convivência do Homem com a Seca - Conviver, desenvolvendo desde 1994 trabalhos de base, treinamentos e capacitação nas comunidades rurais. Entrevistado em 14.10.2012.

É possível perceber que o Conviver trouxe para a região de Quixabeira um novo conceito de seca, de convivência; a água continuou sendo o foco principal, porém, muitas outras questões estavam correlacionadas: O debate sobre a realidade local para o desenvolvimento de políticas capazes de impulsionar a produção agrícola; a preservação das espécies animais e vegetais; o aumento e melhoramento da produtividade dos rebanhos; a geração de renda; a qualidade de vida das famílias; adoção de novas técnicas; o incentivo a participação social e a plantação de espécies forrageiras; o armazenamento de água e ração animal; o incentivo às mulheres sem renda a desenvolver atividades extra, como a produção de artesanatos e alimentos processados, utilizando a matéria prima da região.

O tripé do desenvolvimento regional pregado pelo Conviver envolve a associação do econômico, o social e o ambiental, para isso, promove a participação das famílias nas diversas esferas sociais: Associações, igrejas, políticas públicas, para que estas, instruídas de seus direitos pudessem lutar por eles; debate a preservação ambiental e potenciais produtivos. A nova postura de preparação diante da realidade climática do sertão baiano vem comprovar de fato que é o conhecimento do homem que transforma suas ações e conseqüentemente seu meio. Assim, “O agente mais importante de qualquer processo produtivo é o homem, entendido como ser dotado de conhecimentos suficiente para transformar a si próprio e a seu meio”

Ao final da década de 1990 o Conviver desenvolveu ações efetivas<sup>104</sup>: 160 cisternas domiciliares, 06 aguadas comunitárias, 02 poços artesianos, 02 poços cacimba, 01 barragem subterrânea<sup>105</sup>.

A conclusão a que chegamos é que a seca não deve ser responsabilizada pelo subdesenvolvimento da região \_ pelo contrário, o subdesenvolvimento é que condiciona a gravidade da seca ou, pelo menos, contribui para que seus efeitos sejam mais danosos<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup>Sistema de armazenamento de água na superfície da terra, potencializando o cultivo de plantas anuais, mesmo nos períodos de estiagem.

<sup>105</sup>Seca no Nordeste: Desafios e Soluções, Edith Oliveira de Menezes, José Micaelson Lacerda Moraes – São Paulo: Atual, 2009 (Espaço & Debate).p.82-85

<sup>106</sup>As atividades relacionadas foram sistematizadas a partir da coleta de relatórios anuais das atividades dos anos de 1997 a 2000.

Em termos quantitativos, a ação poderá até ser considerada “irrisória”, - se comparada às demandas da população local - porém, estas iniciativas podem ser entendidas, como medidas educativas, exemplos para serem reaplicados pelas famílias nordestinas e pelos poderes públicos para a construção de políticas públicas capazes de desenvolver o Nordeste e aliviar o cotidiano das famílias que nele convivem, uma vez que a estiagem está sempre presente.

### 3.3 RESULTADOS DAS AÇÕES DO CONVIVER EM QUIXABEIRA.

Ao final da década de 1990, como resultado das ações algumas áreas apresentaram boa produtividade: Crescimento da plantação de forragens; início da preocupação com o melhoramento genético dos rebanhos; maior número de construção de sistemas de armazenamento de água e a participação social dos agricultores nos diversos ciclos de discussão. Os temas Nordeste e Convivência passaram – mesmo que de forma não globalizada – a interessar aqueles que tinham a oportunidade de conhecer esta experiência.



**Fotografia 6: Armazenamento de feno, Várzea Dantas – Quixabeira (1997).**  
**Fonte: Arquivo particular da APPJ-Conviver.**

No I Festival as comunidades trouxeram as primeiras respostas dos diálogos e treinamentos realizados pelo Conviver através de estrofes de músicas construídas pelas próprias comunidades e famílias beneficiadas: A comunidade de Maracujá-Serrolândia produziu os seguintes Versos Boiadeiros:

Vejam meus companheiros, o que está acontecendo, o povo se organizando, está fazendo feno, e com esta proteção, o criatório está rendendo. Veja a seca passada o que foi que aconteceu, agente com tanta luta e o gado ainda morreu, aquele que não lutou muito mais que padeceu. Autor: José Marcelino de Oliveira (Zequinha, 1997).  
 A falta de alimento sempre foi um problemão, e se o povo se acomoda piora a situação, o que falta acontecer eu vou dizer a você, é muita organização. (Suzana B. Moreira e Rogério B. Moreira, 1997).

A comunidade de Várzea da Porta – Quixabeira demonstrou seus novos conhecimentos:

Lá vem, lá vem, lá vem, lá vem, ta parecendo um furacão, lá vem a seca ao nosso encontro e não quer ver vida no chão. Mas se a seca é inimigo, não vou viver só de oração, pois minha arama é o feno e silo, alternativa do sertão. Autoria: Estela Jesus dos Santos,1997.

Como resultado dos treinamentos, do trabalho de assistência técnica e extensão rural – ATER e do primeiro Festival de Feno e Silo as comunidades começaram a demonstrar a adoção de um novo entendimento de Nordeste. Nos estrofes acima, percebe-se a mistura entre as velhas práticas e os novos ensinamentos, surge nas entrelinhas novas interpretações de convivência, a exemplo, a afirmação que a seca é algo previsível, sempre bate a porta do nordestino e que para a convivência, para salvar o rebanho é necessário à prática do armazenamento de ração: feno e silo.

Uma outra questão também que nós falamos que foi na década, bastante importante foi as comunidades se envolverem mais no processo de formação, (...) . Depois desse período houve uma “reaplicabilidade” pra outras regiões, pras outras comunidades, outras agricultores (...) que não participava dos treinamentos, dos conhecimentos, mas começou a aplicar de sua forma que conseguiu dar um salto na produção<sup>107</sup>.

O Conviver em torno da convivência com o semiárido, parte da discussão sobre a demanda pela água, educação popular, manejo dos rebanhos, preservação ambiental, políticas públicas universais especiais ao semiárido, possibilitando a convivência e o desenvolvimento das diversas potencialidades de um Nordeste possível de viver. Segundo Adonias Neves Gordo,

Nesse período a gente já trabalhava com as comunidades, que era possível preservar pra poder a gente ter, esses bens duráveis e sustentáveis, então tudo isso fazia parte, então a região recebeu um grande avanço, um salto de uma realidade que vinha, vamos dizer assim, com pouca condição de enfrentamento nos períodos de estiagem.

O programa de extensão, não partiu de uma iniciativa própria e isolada, uniu-se a parceiras afins para busca de projetos de melhoria de vida. Segundo diagnósticos

---

<sup>107</sup> Adonias Neves Gordo, Comunidade de Jaboticaba. Entrevistado em 14.0.2012).

levantados pela entidade, uma das principais carências regionais estava na informação, a atuação da entidade se deu de acordo com as demandas das comunidades rurais e com base nisso, foram criadas suas linhas de atuação<sup>108</sup>. As ações<sup>109</sup> para o alcance dos objetivos estão vinculadas a capacitação de produtores (as), através de eventos que versou sobre: criação de ovinos e caprinos, condições climáticas, captação e armazenamento de águas pluviais, processamento de alimentos, produção e estocagem de ração animal, preservação do meio ambiente, com reflorestamento e diminuição das queimadas, desenvolvimento e implantação de cisterna de enxurrada, construção de cisternas, aguadas comunitárias, barragens subterrâneas e poços artesianos; financiamento de projetos com recursos do Fundo de Crédito Rotativo; prestação de assistência técnica às famílias, disponibilizou também, máquinas forrageiras para fabricação de ração animal, implantou a unidades de beneficiamento de leite de cabra e de mel de abelha, realiza anualmente o Festival de Convivência com o Semiárido, demonstrando novidades tecnológicas, máquinas, métodos inovadores de cultivo agrícola, manejo animal e apresentações culturais. Para Silva,

Não se trata apenas de programas emergenciais e de ações de *combate à pobreza*. A sustentabilidade com base na convivência implica e requer políticas públicas permanentes e apropriadas que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, sendo necessário romper com as estruturas de concentração da terra<sup>110</sup>.

Diante do presente estudo, é possível perceber que esta iniciativa veio como uma novidade importante, reaplicabilidade de modelos de movimentos sociais atuantes em todo o Nordeste, e que em Quixabeira, inicia de forma lenta e gradual a transição de um comportamento que potencializa o semiárido. Não dá para ser concretizada uma mudança universal do entendimento, como também do modo de encarar a

---

<sup>108</sup> As linhas de atuação do Conviver foram criadas a partir do estudo das demandas por meio de diagnóstica participação com as comunidades rurais. Encontra-se exposta na Matriz do Projeto.

<sup>109</sup> Objetivo geral de impulsionar a melhoria das condições de vida da mulher e do homem do campo através de alternativas de convivência com o semiárido. Promover a capacitação e a formação profissional de agricultores (as), visando o desenvolvimento rural; impulsionar o aperfeiçoamento de tecnologias para implantação de infraestrutura hídrica, adaptadas às condições climáticas locais; fortalecer a agricultura familiar, mediante incentivo aos pequenos (as) produtores (as) rurais quanto ao acesso ao crédito, à assistência técnica e beneficiamento da produção agrícola; valorizar a cultura local.

<sup>110</sup> SILVA, Roberto Marinho Alves da, ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semiárido. \*Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.p.379

estiagem, porém, percebe-se que inicia um processo de transição onde as famílias que tiveram acesso as informações e práticas desenvolvidas por estas organizações sociais, começaram um novo entendimento, aplicando algumas práticas, no entanto este processo estaria no final da década de 1990, apenas começando.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram discutidas as relações estabelecidas em torno das estiagens na região de Quixabeira, década de 1990, por meio de diversas fontes inclusive orais, memórias de sertanejos moradores das zonas rurais de Quixabeira, antes e durante o recorte temporal, que tiveram em suas vivências a experiência no enfrentamento de inúmeras estiagens, também ocorridas na década de 1990, foi possível perceber a dureza de suas vivências marcada pelo trabalho de subsistência, seguida do início de mudanças no pensar e agir, impulsionada especialmente pela pobreza e pelos novos ideais da sociedade civil nordestina, suas memórias traziam muitas recordação em comum no pensar, no aceitar e no agir.

A final do presente trabalho, quando reunidas as diferentes fontes e teorias e feita a narrativa histórica, foi possível concluir que a realidade socioeconômica da região semiárida do Nordeste e também de Quixabeira, ao contrário do que suporta algumas discussões, vai além da questão climática, mesmo a escassez de água, trazendo inúmeras consequências desastrosas, perpassa caminhos que englobam desde a construção de um Nordeste sem potencialidades e impossível de desenvolver; o modelo local de entendimento de seca relacionado a questões divinas e uma postura de “aceitação” dos sertanejos quixabeirense que aguardavam as estiagens despreparados, postura esta, que transita para uma mudança, porém, de forma lenta e gradual.

Outra compreensão foi o modelo de atendimento adotado por órgãos públicos, que apostava numa política assistencialista e emergencial, uma cultura tão arraigada, que ao analisar as fontes jornalísticas e documentais as solicitações e reivindicações feitas por estes sertanejos, este modelo, mas uma vez era afirmado e a lista dos pedidos de ajuda vinha completa de cestas básicas, carros pipas com água, frente de trabalho, muito pouco diagnosticada a presença de outros apontamentos que não ligados a este modelo.

Percebendo as vivências e experiências dos sertanejos no que se refere a escassez de água, foi possível concluir haver uma postura de “aceitação” da população que tornou lento o início de uma transição, um novo olhar sobre a região semiárida, suas

potencialidades, a necessidade de novos entendimentos e comportamentos como também, de reivindicação, mobilização e tomada de medidas educativas capazes de ensinar o sertanejo a conviver dentro do seu espaço, aproveitando saberes e aperfeiçoando as novas tecnologias de produção, dando a este espaço a viabilidade.

Muitas regiões do Nordeste e também no município de Quixabeira, na década de 1990 foi palco de uma grande mobilização social, a sociedade civil começa a trazer apontamentos de uma nova indagação, saindo da cômoda situação de “coitados” e ampliando de forma coletiva o debate em torno de seu novo entendimento, novas demandas e possibilidades. No caso de Quixabeira, o estudo das ações da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), especificamente o Projeto de Convivência do Homem com a Seca (Conviver) demonstrou que neste espaço, esta organização assumiu o debate feito por outras entidades do Nordeste, desenvolveu ações de convivência com o semiárido, discutiu com os sertanejos a convivência dentro de sua realidade, atuante por meio de ações voltadas a educação, infraestrutura hídrica e da produção, resultando assim, no início a transição do imaginário e das vivências, despertando-os para a organização, afirmação esta, comprovada por meio dos resultados dos trabalhos da APPJ-Conviver que culminaram num número razoável de famílias que construíram cisternas, aguadas e principalmente, começaram a promover o armazenamento da ração e a plantio de reservas estratégicas de palmas, aumento significativo se comparado aos anos anteriores a sua ação. Foi possível perceber que entre as organizações sociais nordestinas havia o intercâmbio das experiências de outras entidades e localidades do Nordeste. Houve também a ampliação das demandas que antes estavam centralizadas à questão da água e ampliou-se para outras esferas da vida, do cotidiano, das relações sociais, das políticas e da ação do governo e sua postura.

**FONTES ORAIS:**

**ADONIAS NEVES GORDO:** Técnico em agropecuária e coordenador do Programa de Convivência com o Semiárido, entrevista realizada na casa do depoente no dia 14 de outubro de 2012, tendo duração de 34:28 minutos.

**CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS:** Trabalhador rural aposentada, sócio fundador e presidente da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ, entrevista realizada na casa da depoente no dia 28 de agosto de 2010, tendo duração de 25 minutos.

**FIDELCINA FRANCISCA DA CRUZ:** Trabalhadora rural aposentada, entrevista realizada na sede da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba, no dia 17 de outubro de 2012, tendo duração de 20 minutos.

**IRENE ISABEL DE JESUS SOUZA:** trabalhadora rural aposentada, entrevista realizada na casa da depoente, no dia 13 de outubro de 2012, tendo duração de 18:43 minutos.

**MARIA LUCIENE ALMEIDA DOS SANTOS.** Trabalhadora rural aposentada, entrevista realizada na casa da depoente no dia 13 de outubro de 2012, tendo duração de 11:16 minutos.

**JOSÉ MODESTO DE SOUZA:** Trabalhador rural aposentada, sócio fundador e membro da diretoria da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ, entrevista realizada na casa da depoente no dia 29 de Novembro de 2011, tendo duração de 22 minutos.

**JUSCÉLIA DUTRA DA SILVA:** Trabalhadora rural, sócia e beneficiária da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba - APPJ, entrevista realizada na casa da depoente no dia 28 de agosto de 2010, tendo duração de 16 minutos.

## REFERÊNCIAS

Ab'SABER, Aziz Nacib, Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagistas, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes 5ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo – História e Paradigmas Rivals: *In:\_\_\_\_\_*. Domínios da História. 13 ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

Corrêa, Roberto L. Trajetórias Geográficas, Rio de Janeiro: Bertand, 1997.

CASTRO. I. E. O mito da Necessidade. São Paulo: Bertand Brasil, 1992.

CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.13 – 28.

\_\_\_\_\_. A Beira da Falésia: A História entre incertezas e inquietudes – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

BARBOSA, Ferreira Cecília, Água para Regar a Vida, Serrolândia, março de 2002.

(Magalhães, Anália Pereira Da Cruz; Silva, Ademilton Barbosa; Jesus, Gecivaldo De; Magalhães, Gilson Rocha De e Oliveira, Sílvia Rocha. Ações e Impactos Sócio-Economicos do Projeto Conviver na Comundiade de Jaboticaba – Ba, Universidade do Estado da Bahia, Riacho de Santana:2004.

LOWENTHAL, *David*. Como conhecemos o passado. *Projeto História no 17. Trabalhos da Memória*. São Paulo: PUC-SP, 1998.

Dia Mundial da água, 22 de março, cada gota é importante, UNICEF, CARITAS e IRPAA, Juazeiro – BA, Janeiro de 2000.

DE DECCA, *Edgar Salvadori*. *Memória e Cidadania* *In:\_\_\_\_\_*. *Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: DPH, 1992, pp. 130.

GANANÇA, Alexandre Cicanello, Associativismo no Brasil: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa, Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado, 10.07.2006.

GNADLINGER, João. Síntese, conclusões e perspectivas para o futuro, 1º Simpósio sobre Captação de água de Chuva no semi-árido brasileiro, Petrolina – PE de 17 a 20 de novembro de 1997.

JRKE, Peter. O que é história cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 15-43.

*LAFER, Betty Mindin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.*

LARAIA, Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. – 15 ed – Rio de Janeiro: Jorge Zalar

SANTOS, Iracema Lima dos. Território dos Saberes: Uma Leitura do Projeto APPJ-EFA-Conviver, CIAGs, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LORDELO, José Albertino Carvalho. Escola Dentro-e-Fora: Gestão Comunitária de uma Escola Família agrícola no Sertão da Bahia, 2002.

MALVEZZI, Roberto, Semi-árido - uma visão holística. – Brasília: Confea, 2007.

MENEZES, Edith Oliveira de. MORAES, José Micaelson Lacerda – Seca no Nordeste: Desafios e Soluções. São Paulo: Atual, 2009 (Espaço & Debate).

SANTOS, José Moacir dos. SECA É SECA, FALTA DE ÁGUA É POLÍTICA, 2008.

SOUZA, Adenilza Oliveira de. e Lima, Suzane Araújo. Impactos Sócio Culturais, políticos e econômicos da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) para o município de Quixabeira, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2008.

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINSKY, Carla Bassonezi (Org.). \_ 1. Ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da, ENTRE DOIS PARADIGMAS: combate à seca e convivência com o semi-árido. \*Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003

TEXEIRA, Elenaldo. *O Local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2001.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

\_\_\_\_\_. *Costumes em Comum*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1999.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In: *Projeto História*, São Paulo. n. 15, abril/1997.

Tocquevilli, Alexis de. *A democracia na America*. 4.Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A – ROTEIRO PARA PESQUISA ORAL  
(SÓCIOS DA APPJ)**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_  
Nível de Escolaridade \_\_\_\_\_

1. Quando, e onde iniciou esta iniciativa (APPJ)?
2. Qual o contexto sócio/econômico que os fundadores estavam inseridos?
3. Quais as motivações que levaram a organização?
4. O movimento diferenciou seu caráter de atuação com o passar do tempo?
5. Quais os objetivos desta associação?
6. Existe um público alvo específico? Baseado em que, estes foram priorizados?
7. Quais as ações desenvolvidas?
8. De que formas e com que recursos são realizadas as atividades?
9. Quanto à aceitação da comunidade, é possível diagnosticar?
10. Existe alguma forma concreta de reaplicabilidade?
11. Economicamente, quais os resultados possíveis de serem visualizados?
12. No trabalho desenvolvido, existe alguma relação com políticas públicas?
13. Analisando o objetivo inicial da APPJ, hoje, ele se concretizou?
14. Quais os principais entraves/dificuldades encontradas?

**APÊNDICE B – ROTEIRO PARA PESQUISA ORAL  
(AGRICULTORES FAMILIARES)**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_  
Idade \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_  
Nível de Escolaridade \_\_\_\_\_

1. Como você pensava a estiagem na década de 1990.
2. Você conhece algum ditado/oração pedindo clemência a Deus nos momentos de estiagem.
3. Existe algum sinal da natureza antes da chuva chegar.
4. Quais os motivos para a falta de chuva na região de Quixabeira.
5. Em que a postura do homem contribui para a seca.
6. Qual é a relação entre Deus e a falta de chuva .
7. Você já presenciou algum castigo divino em forma de estiagem pelo mal comportamento humana?
8. Quando chove, a comunidade realiza algum tipo de agradecimento a Deus pela benção divina?
9. Existe alguma ação realizada para pedir a interferência de Deus no momento de seca.
10. Quais os sistemas de armazenamento de água adotada pelas famílias de Quixabeira na década de 1990.
11. Existiam famílias que não tinha reservatório de água em suas casas/propriedades.
12. Como as famílias que tinham reservatório de água se relacionavam com aquelas que não tinham.
13. Quais os objetos utilizados para a busca da água na fonte.
14. Você se lembra de alguma ação do poder público contra a seca neste período.  
No caso de sim, todas as pessoas eram beneficiadas.
15. Existe alguma iniciativa social para amenizar a falta de chuva.
16. Criou-se algum tipo de organização social para o enfrentamento da estiagem
17. Neste período, sua família teve algum contato com alguma nova forma de encarar a seca.
18. Hoje, o que mudou na forma de encarar as estiagens, como você entende a seca, a ação de Deus e a forma da família encarar esta realidade.